

09/10/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Prefiro trabalhar a ficar cacarejando](#)

[Reforço para educação](#)

[MEC oferece vagas no ensino técnico](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Estudar direito](#)

[MEC quer mais 1,5 milhão de alunos no ensino técnico, mas não define orçamento](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Deficiências do ensino médio](#)

[Programa do MEC para ensino técnico tem aula a distância](#)

[EAD não é sinônimo de má qualidade. É preciso regulação](#)

[Brasil já tem mais de 700 startups de educação](#)

Imprensa Estadual

TRIBUNA DO CEARÁ - CE

[Pela 9ª vez, Uece é a melhor estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil](#)

ALÔ BRASÍLIA

[Em carta, governadores declaram apoio a mudanças no Fundeb no Congresso](#)

DIÁRIO DO COMERCIO - MG

[Embraer e Ufes conduzem primeiro teste de aeronave autônoma no Brasil](#)

O ESTADO - MS

[MEC abrirá 1,5 mi de vagas em educação profissional](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Câmara aprova remanejar R\\$ 3 bi no orçamento do governo; falta de senadores encerra sessão](#)

PORTAL ISTOÉ

[Programa do MEC para ensino técnico prevê cursos a distância](#)

R7

[Após liberação de verbas, UFMG ainda tem R\\$ 34 milhões bloqueados](#)

TERRA

[Programa do MEC para ensino técnico prevê aulas a distância](#)

[Aplicativo de mobilidade inDriver lança projeto que traz educação tecnológica para escolas públicas do Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Como a Alemanha lida com o analfabetismo funcional](#)

Agências de notícias e sites

ACORDA CIDADE

[Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo](#)

DIGA BAHIA

[Inseticida natural desenvolvido na Bahia promete eficácia contra o aedes aegypti](#)

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA

[Capes oferece 10 bolsas de doutorado em Yale, nos EUA](#)

MAXPRESSNET

[Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo](#)

O IMPARCIAL - MA

[Somente UFMA fica entre as 100 melhores universidades do país](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo](#)

[Presidente fala sobre bolsas à Agência Brasil](#)

SURGIU

[Em parceria com universidades, Esmat realizará o IX Congresso Internacional de Direitos Humanos em Portugal](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Universidade estrangeira vira opção de ensino de qualidade, com preço menor](#)
[Enem funciona como acesso ou atalho para universidades públicas em todo o País](#)
[Cursos de Humanas ajudam a enfrentar desafios da sociedade](#)
[Governo Bolsonaro deve lançar hoje programa nos moldes do Pronatec, de Dilma](#)

CORREIO WEB

[MEC lança programa Novos Caminhos para o ensino técnico](#)

G1

[UFRR abre inscrições para mestrado em Sociedade e Fronteira](#)
[Governo anuncia escolas que receberão modelo cívico-militar em Caxias do Sul e Alvorada](#)

METRÓPOLES

[Governo planeja lançar programa nos moldes do Pronatec, de Dilma](#)

PORTAL VEJA

[Weintraub leva bolo de líderes do centrão em reunião no MEC](#)

R7

[USP abre inscrição para mestrado profissional em sustentabilidade](#)

TERRA

[Enem funciona como acesso ou atalho para universidades públicas em todo o País](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Programa do MEC abrirá 1,5 milhão de vagas em educação profissional](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Prefiro trabalhar a ficar cacarejando

Buzz Lightyear, o famoso astronauta do desenho Toy Story, tinha como lema “ao infinito e além”. Marcos Pontes, o ministro de Ciência e Tecnologia do governo de Jair Bolsonaro, não é muito diferente. Sua meta é colocar o Brasil entre os 20 países mais inovadores do mundo e fazer da nação uma potência no lançamento de satélites. “Se eu não tivesse grandes metas, se eu nunca tivesse grandes objetivos, eu nunca chegaria ao espaço. Então, temos que colocar objetivos grandes”, garante.

Nesta entrevista, concedida ontem pela manhã no ministério, ele detalha a reformulação de toda a pasta a fim de colocar o país na rota da inteligência artificial, promover o uso da Base de Alcântara, expandir a cobertura de internet a todas as regiões do Brasil, incrementar os centros de inovação, concluir o acelerador de partículas, e, de quebra, criar um instituto de pesquisas oceanográficas, algo que o Brasil ainda não tem.

Com as dificuldades orçamentárias, o único brasileiro que já foi ao espaço manteve os pés fincados no chão nesses primeiros nove meses de governo, em que não faltaram altos e baixos, em especial, quando viu os recursos que garantem o custeio das bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) se esgotarem em setembro, mesmo com os constantes alertas de que o dinheiro iria acabar uma hora. “Às vezes, eu me sinto falando no deserto, pois a gente precisa motivar os jovens para as carreiras de ciência e tecnologia”, diz.

Agora, mais tranquilo, com a pasta reestruturada, ele já tem inclusive datas para algumas das metas. Espera, por exemplo, ver a Base de Alcântara funcionando em 2021. Ele acredita que, este ano, o Congresso aprova o acordo de salvaguardas tecnológicas, depois, será mais um período para definição de modelo de negócios com o empresariado nacional e internacional e comunidades locais. Passada essa fase, que deve levar de seis meses a um ano, chega-se à de execução e lançamentos propriamente ditos.

A conversa com jornalistas convidados se deu antes da sanção do novo marco regulatórios das telecomunicações, no Planalto, uma das apostas do governo para ampliar o acesso à internet aos pontos mais remotos do país. “Eu queria primeiro organizar as coisas em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo as coisas e, quando estão prontas, eu entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo”, destaca Marcos Pontes. A seguir os principais trechos da entrevista.

Desafios como ministro

O ano tem sido corrido, mas muito bom, por outro lado, sabe? Porque eu brinco e falo que este ministério é o mais divertido que tem. É uma caixa de ferramenta que pode auxiliar todos os outros ministérios. A tecnologia está em todo o lugar e, aqui, a gente vai desde o incentivo de jovens para as carreiras de ciência e tecnologia, que é uma coisa de que eu gosto muito, passando por pesquisa e inovação, até chegar à tecnologia aplicada. Fizemos algumas mudanças no ministério este ano, de forma que ele não fique só nas políticas públicas e nas regulações, mas que também apoie a chegar a um produto final. Há uma grande quantidade de conhecimento acumulado nas teses de mestrado, doutorado e pós-doutorado, mas que, no final, termina num protótipo que fica num canto do laboratório cheio de poeira. A gente precisa pegar esse conhecimento e transformar em novos produtos, novas empresas e novos empregos. Então, o ministério tem uma função muito grande de servir como um hub que conecta todos esses esforços de inovação no país e ajuda a levá-los até o ponto-final.

Momentos de maior tensão

Eu diria que tudo tem acontecido como uma curva de Gauss (curva de probabilidade, em formato de sino). Começou relativamente tranquilo no final do ano passado, porque ainda faltava bastante tempo. À medida que foi chegando próximo do limite do dinheiro que a gente tinha, a tensão aumentou. Mas ,agora, eu diria que já está na parte baixa da curva de novo. Vai dar certo. Estou muito animado com o ministério, porque começamos a ver resultados de coisas que nós queríamos colocar desde o ano passado, quando entramos na transição. À época, falei: o ministério precisa estar mais próximo das pessoas, dar mais qualidade de vida, ser mais produtivo, proativo. Reestruturamos nossa capacidades aqui dentro. Uma coisa muito boa foi a liberdade que eu recebi do presidente Jair Bolsonaro de poder escolher as pessoas. Não teve absolutamente nenhum tipo de pressão política. Com isso, eu tenho uma equipe em que posso confiar, de jogar uma meta e eles correrem atrás e isso ser cumprido.

Expansão da banda larga

Deve sair nas próximas semanas o orçamento para a gente fazer a conexão do Nordeste

Conectado. Para este ano, o orçamento é de R\$ 30 milhões. Para o ano que vem, de R\$ 53 milhões. Nesse projeto, são 77 cidades conectadas com um backbone (rede principal) que vai transportar 100 gigabytes por segundo e interligar mais de 2,5 mil universidades e escolas nesse caminho, 736 unidades básicas de saúde e hospitais, delegacias e prefeituras.

Também tem o Norte Conectado, que vai recuperar o projeto chamado Amazônia Conectada. Vai ser a maior extensão de fibra ótica instalada em um projeto, com mais de 10 mil km de fibra pelos rios da Amazônia, que atenderá a boa parte das cidades mais próximas dos rios. A gente tem que levar fibra ótica para essas cidades por razões normais, porque melhora a economia, segurança, educação e saúde.

Satélite SGDC

O nosso Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) estava parado até o ano passado. Não estava sendo usado. Ele tinha, pasmem, apenas seis antenas conectadas, sendo que o satélite tem capacidade para 50 mil pontos. Quando cheguei, quis saber o que estava enroscado nesse negócio. Tive que ajustar processos que chegaram ao STF e ao TCU, e resolvemos o problema. Hoje, já têm mais de 10 mil pontos instalados. Isso atende a mais de 3 milhões de crianças que vivem em locais distantes, nas comunidades em que não chegava internet. Agora, estamos loteando o restante dos pontos com outros ministérios, como os da Cidadania, da Agricultura e da Justiça.

Internet 5G

Ela está chegando. Já limpamos três das quatro faixas de frequência completamente para fazer a transição. Estava previsto para fazermos o leilão dessas frequências em março do ano que vem, mas vai atrasar um pouco. No entanto, deve ser em 2020 ainda o leilão da 5G. Isso vai ser muito bacana também porque a gente vai ter 5G sendo colocada nas cidades, mas também porque vai melhorar a produtividade geral em todas as coisas.

Além disso, tem um valor associado ao leilão, o que vai me dar mais recursos para poder investir no país e melhorar a infraestrutura. Não foi determinado ainda (como serão divididos os recursos do leilão), mas pretendo ter uma parcela considerável em termos de obrigações, porque conectar um país desse tamanho não é fácil e não é barato. Mas, de qualquer forma, a instalação da 5G não vai ser rápida. Existe uma sequência e temos de determinar a maneira mais eficiente de fazer essa migração, de forma a reduzir a possibilidade de interferência. A gente ainda não bateu martelo de como isso vai ser.

Orçamento do ministério

Essa questão do orçamento pegou todo mundo. Este e o ano que vem, diga-se de passagem, são anos de preparação. Nós pegamos a situação fiscal bastante complexa e ruim, e os nossos orçamentos foram contingenciados no começo do ano. No nosso ministério foi 42,27% de contingenciamento, quase metade. Então, você tem que ajustar os seus gastos, ajustar os custos e priorizar os projetos, de forma a manter o andamento. Então, a primeira coisa que nós protegemos foram as unidades de pesquisa. O orçamento já era baixo. Se eu cortasse o orçamento dali, inviabilizaria essas pesquisas. Mas nenhuma unidade de pesquisa teve orçamento contingenciado durante o ano. A gente saiu apertando o cinto em todos os lugares para proteger a parte operacional, especialmente as bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que são a irrigação da pesquisa básica do país.

Não houve nenhum contingenciamento nas bolsas até o momento em que tínhamos dinheiro. Já se sabia que, para chegar até o fim do ano com a quantidade de bolsas que nós tínhamos para cumprir todos os contratos, deveríamos ter R\$ 1,58 bilhão, mas tínhamos, no orçamento feito no ano passado, R\$ 784 milhões. Então, já tinha deficit inicial. Além disso, o mês de dezembro do ano passado, a gente pagou com o orçamento deste ano, o que aumentou o deficit. Então, esse deficit chegou a R\$ 330 milhões. Desde o começo do ano, tenho falado sobre isso: “Olha, a gente precisa cobrir aí”. Vim avisando que só tinha como pagar até agosto, e, de fato, entrou em situação de emergência no último mês. E o que eu fiz: peguei R\$ 82 milhões, que correspondem a um mês, da parte de fomento e passei para a área de bolsas.

Agora, vêm os próximos meses. A gente está no aguardo. Tem duas possibilidades. Uma delas é os R\$ 250 milhões que foram destinados para a gente pelo acordo da Petrobras e da Lava-Jato, que é quase o valor exato que a gente precisa (R\$ 248 milhões). Ou pode ser “dinheiro novo” injetado pelo Ministério da Economia por meio de projeto de lei no Congresso. Mas a indicação é muito boa, e diria que estou mais tranquilo, porque estava tenso demais. Tenho uma expectativa muito boa de que a gente consiga terminar o ano pagando todas as bolsas e ficando tranquilo.

CNPq

Até agora, a situação mais difícil vivida na pasta foi a questão do CNPq. Se você se coloca no lugar de qualquer um desses 80 mil pesquisadores que estão sem saber como será o próximo mês, é uma situação complicada. Passei muitas noites sem dormir pensando nisso. Não por mim, mas porque podemos interferir na vida das pessoas, e o ministério está aqui para fazer o bem, e não o contrário.

A junção do CNPq com a **Capex** não faz muito sentido, exceto na parte econômica. E, se houver a necessidade de juntar os dois, o local ideal é dentro do ministério que trabalha com pesquisa e desenvolvimento, que é a finalidade dessas bolsas.

Nós estamos reestruturando o CNPq. Vamos parar de pagar aluguel e mudar para o prédio antigo. Além disso, a própria gestão será repensada. Eu preciso mesmo de tanta gente? Você tem que fazer uma análise se é necessário esse tanto de gente para fazer determinada tarefa.

Descontingenciamento

Esse primeiro desbloqueio não era o que eu estava esperando. Eles tinham outras prioridades mais urgentes naquele momento. Foi o que me explicaram, mas não sei dizer quais eram exatamente. Conversei lá e, para este segundo desbloqueio, espero que venha mais. Estou esperando um desbloqueio de recursos para o Projeto Sirius em torno de R\$ 80 milhões. Depois R\$ 30 milhões para o projeto Nordeste Conectado. Mais cerca de R\$ 10 milhões para o Norte Conectar. O que eu estou esperando dá um total de R\$ 300 milhões a R\$ 400 milhões. Me falaram que dá tranquilo para ter esse valor. Eles falaram que ia ter reunião da Junta de Execução Orçamentária esta semana, então mais um desbloqueio deve estar próximo.

Salvaguardas tecnológicas

Estamos prestes a aprovar o acordo com os Estados Unidos, e isso, obviamente, sendo do setor, para mim é uma coisa que conta muito. Tem a parte de aplicação militar da Força Aérea Brasileira, que é uma coisa, mas do ponto de vista daqui do ministério, o

Centro Espacial de Alcântara (MA) também pode ter aplicação comercial. Então, eu quero empresas de outros países pagando para fazer lançamentos aqui.

O acordo beneficia só o Brasil, pois é simplesmente uma permissão dos EUA para que o Brasil lance foguetes e satélites de quaisquer países que contenham algum componente americano. Desenvolver uma área espacial no país contribui com um monte de coisas. O país vai ter soberania no momento em que a gente conseguir projetar os nossos satélites, e construir, testar, decolar e operar esses satélites. O fato de você operar o Centro Espacial de Alcântara de uma forma comercial nos dará recursos para desenvolver esses satélites no Brasil, além do desenvolvimento da região, que é muito importante também, mesmo porque você precisa desenvolver aquilo para poder atrair clientes.

A costa norte do país é muito boa para lançar em qualquer ângulo de órbita sem ter interferência no meio, por estar perto (da linha) do Equador. Algumas empresas dos EUA, do Japão e da Itália já demonstraram interesse, mas eu não estou preocupado com isso agora, porque quero, primeiro, passar o acordo no Congresso.

Dividi esse projeto em três fases. A primeira é assinatura do acordo e aprovação do acordo pelo Congresso. Uma vez aprovado, eu entro para a segunda fase, que são planos de negócio, que significa ir ao estado, conversar com as empresas internacionais, com as comunidades e com o governo local. E, na terceira fase, a gente passa para execução, que é começar os lançamentos propriamente ditos. Se for muito rápido, neste ano ainda a gente passa no Congresso. Nos seis primeiros meses do ano que vem, a gente faz esses planos de negócios, tem os ajustes necessários em mais seis meses e começa a operar em 2021.

Lei das Teles

É um ponto de inflexão das telecomunicações do país. Estava enroscada fazia anos e, agora, vai ser uma mudança muito grande para o futuro das telecomunicações e a possibilidade de conectar o país como um todo.

Vão vir desdobramentos para ajustar políticas públicas e portarias. A Secretaria de Telecomunicações já está trabalhando com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) — pois ela faz a fiscalização, e a gente, a política pública —, para definirmos onde vai ser aplicado qual recurso. Então, esse decreto será feito de forma a direcionar esses recursos, que vão vir dos bens reversíveis, que estão sendo calculados pela Anatel e pelo TCU, e será publicado até novembro.

Mas espero que não seja menor do que R\$ 20 bilhões, R\$ 25 bilhões. Um valor considerável e importante para o país. Essa política pública vai ser construída a várias mãos, de forma que a gente possa atender às necessidades do país.

Sirius

O Projeto Sirius está nessa briga pelo orçamento. É um projeto importantíssimo para o país. O pessoal da Economia e da Casa Civil já comprou a ideia. Vai ter um investimento este ano e no ano que vem, mas não é tudo o que a gente queria ter. São R\$ 150 milhões para o Sirius, e já dá para acender algumas das linhas. Você pode pensar no Sirius como um grande microscópio. Ele analisa qualquer tipo de matéria. Um exemplo de utilização dele é na área de farmácia, no desenvolvimento de novos remédios. Outra é no pré-sal. Imagina conseguir melhorar a produção do pré-sal em

20%? Um acelerador de partículas desses é caro, mas é um investimento. Ciência e tecnologia não são custos, são investimentos. A gente investiu R\$ 1,3 bilhão no Sirius até agora. Para terminar, preciso de mais uns R\$ 400 milhões. Agora estaremos colocando mais R\$ 150 milhões lá. Está perto de terminar, e já vai acender algumas linhas e começar a produzir. É um projeto extremamente importante, ao qual a gente deu prioridade por causa disso. Até metade do ano que vem, pretendemos acender duas ou três linhas. Ao todo, podemos acender 27 linhas. Do dinheiro que foi investido no Sirius, 87% foi investido no Brasil, com empresas brasileiras, produzindo emprego no Brasil.

Inteligência artificial

O Brasil não pode ficar para trás em inteligência artificial. A gente tem esforços esparsos no país e temos que juntar esses esforços. Trabalhamos junto com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para criar oito laboratórios de inteligência artificial no país. Ontem (segunda-feira) estava começando a revisar o edital para isso. Quatro deles serão em São Paulo e o restante, fora de São Paulo. Esses laboratórios vão interconectar em rede todos os esforços sendo feitos no país. Um deles é para trabalhar na ponta da inteligência artificial, como se fosse uma inteligência artificial geral. Ele será conectado com segurança cibernética, porque pode dar resultados e pegar demandas da área. Os outros laboratórios serão para inteligência artificial aplicada. A princípio, eles serão aplicados à agricultura, saúde, cidades, indústria, serviços e gestão e administração. A inteligência artificial sendo usada para melhorar serviços do governo como um todo. Na área de saúde, por exemplo, estamos com um projeto em 10 hospitais e queremos ampliar para 100 hospitais. Muita gente morre por falta de assepsia, e se a gente conseguir detectar isso antes, no começo do problema, conseguimos salvar a pessoa. Para isso, tem um sistema que estamos financiando aqui que ajuda nisso. Ele observa, mapeia os resultados dos exames e, quando nota qualquer indício de que um paciente vai ter infecção, avisa. Dessa forma, o médico pode tomar providências para salvar aquela pessoa. Outra ideia mais simples, mas interessante, é um sistema de leitura do sangue. Tem gente que detesta tirar sangue, e há um sistema que permite que você coloque o dedo em um leitor digital, que emite um tipo de luz eletromagnética por um minuto e meio, e o sistema consegue ler o espectro da sua corrente sanguínea. O sistema consegue determinar quais moléculas fazem parte e faz um exame de sangue completo somente com o dedo. Como está no primeiro estágio, os resultados são comparados com exames de sangue feitos de forma tradicional. O sistema já tem 75% de acerto. A ideia é colocar isso na rede de hospitais públicos. É barato para colocar esse tipo de coisa. As tecnologias já estão sendo feitas. É só questão de dar o pulo final para certificação e jogar no mercado.

Brasil, país inovador

Ainda não somos um país inovador. Eu acho que a gente tem um longo caminho pela frente. Existe um índice de inovação que é calculado sob a análise de 78 indicadores, ou mais, e o Brasil está em 66º lugar. Em termos de produção de conhecimento, nós estamos entre 12º e 14º. Ou seja, a gente está muito bem em publicações e muito mal, no meu ponto de vista, em inovações. O ideal para um país como o nosso era estar entre os 20 primeiros.

Essa (discrepância) é a questão a que a gente tem que responder aqui. A gente tem um

mea culpa a fazer. Lógico que não depende só de nós, depende de outros ministérios também, mas isso é culpa nossa, porque a gente não está incentivando as empresas a participarem.

Materiais avançados

O presidente Jair Bolsonaro tem falado bastante desde o ano passado sobre grafeno, nióbio, terras raras e etc. Está em processo final a criação de uma Política Nacional para o Desenvolvimento de Materiais Avançados, assim como uma Política Nacional para o Desenvolvimento de Inteligência Artificial. Vai sair como dois decretos. Assim que sair a política de materiais avançados, vamos lançar o primeiro laboratório de grafeno, nióbio e terras raras. A produção de grafeno deve ser no Rio de Janeiro. Eles acreditam que é um bom investimento fazer isso lá para o Estado como um todo. O laboratório vai ajudar nas técnicas de produção e no desenvolvimento de tecnologias para produtos. O laboratório vai sair ainda este ano. Uma vez publicado o decreto da Política Nacional para o Desenvolvimento de Materiais Avançados, o laboratório sai em menos de um mês. Porque, na verdade, vamos pegar um laboratório nosso e converter para que ele comece a trabalhar focado em grafeno. Não quero construir nada novo.

Ensino superior

No ano passado, durante a transição, a ideia era trazer o ensino superior para cá. Mas eu não quis a junção naquela época, porque eu já tinha identificado os problemas do ministério, e precisava organizar tudo primeiro. Depois, vamos preparar o caminho e, gradualmente, trazer o ensino superior. Isso pode ser que aconteça a partir do ano que vem. É uma hipótese interessante, de que eu gosto, porque a minha ideia é utilizar as universidades e, principalmente, os institutos federais como vetores de inovação no país. Isso a gente precisa ter bem claro.

Pesquisadores/concursos

A gente entra em uma negociação grande com a Economia, porque o peso da folha pessoal é muito grande, então, eu não estou sentindo muita possibilidade de ter concursos públicos em breve para recontratar. Não é fácil contratar um pesquisador, porque demora para ser desenvolvido o conhecimento em determinada área. Essa reposição de pesquisadores é complexa. Aí é onde entra a importância das bolsas do CNPq. Às vezes, eu me sinto falando no deserto sobre a questão de bolsas do CNPq, importância do CNPq. Vai nas universidades, centros de pesquisas, empresas que trabalham com pesquisas e pergunta quantos já tiveram bolsa do CNPq. Você vai ver a quantidade deles. O CNPq é importante para a formação da pesquisa básica no país. Usamos essas bolsas para formar um pesquisador júnior. Quando o pesquisador sênior se aposentar, você já tem uma pessoa treinada para aquilo. O problema é contratar essas pessoas. É um problema sério que a gente tem. E eu não tenho uma solução ainda para isso. O concurso público seria uma, mas não tenho solução agora. Não é só segurar os nossos pesquisadores no país, eu quero atrair pesquisadores de fora para trabalhar aqui. O incentivo acontece quando o setor privado começa a investir no sistema e começa a ter projetos com duração e investimentos privados. Não adianta esperar que as empresas participem da pesquisa básica. Isso é função do Estado. Você alimenta pesquisa básica, tem um sistema bem estruturado de desenvolvimento de pesquisa aplicada, com isso consegue atrair investimentos do setor privado e atrair salários bons. E, convenhamos, o pesquisador tem que ser recompensado com salários adequados para a importância que ele tem. Dessa forma, a gente muda e começa a atrair gente. O deficit de pesquisadores vai aumentar.

Demissão no Inpe

O Inpe está firme e forte, como sempre esteve, produzindo dados. Os dados são corretos. A interpretação dos dados daquela época é que foi incorreta. A questão do Galvão não teve nada a ver com dados do Inpe, teve a ver com a atitude dele em brigar com o presidente publicamente, o que não funciona. Ele acabou passando por cima de mim, a gente conversou e ficou completamente desconfortável. Hoje, está lá o Darcton Damião, que é um especialista da área. O Inpe está muito bem e vai ser ampliado. A gente tem planos para o Inpe ser um sistema de modelamento com dados completos. Com uma junção de vários tipos de dados que vão servir para modelamento de atmosfera e uma série de outras coisas.

Relações internacionais

É onde eu levo vantagem pelo fato de ser astronauta. O cargo vem na frente do nome. Por exemplo, vocês notaram que geralmente eu vou alguns meses antes do presidente ir aos lugares. Isso não é por acaso. Eu fui a Israel e conversei sobre tecnologia. E tecnologia é interessante, porque acaba influenciando em todas as áreas. Existia um acordo, por exemplo, entre os respectivos ministérios de ciência e tecnologia e eu conversei com o ministro de lá e conversei com o Netanyahu, primeiro-ministro de Israel. Isso é interessante porque, geralmente, para você ter acesso como ministro ao chefe de Estado, primeiro-ministro, príncipe, é raro. Geralmente, eles não conversam muito com os ministros, conversam com os outros chefes de Estado, mas a função de astronauta acaba chamando a atenção. Ai eles querem conversar comigo para perguntar como é no espaço, como me sinto no espaço. Eu falei para o Netanyahu: “Já que tem esse acordo entre os dois países na área dos dois ministérios, a gente podia levar isso a nível de país que, com isso, a gente consegue encaixar uma série de outras possibilidades. Como um acordo guarda-chuva, em que a gente consegue encaixar agricultura, defesa, saúde e outras áreas que usam tecnologia”. Ai ele falou: “Vamos fazer”. Fizemos, preparamos o acordo, e, quando o presidente foi lá, já tinha um acordo entre países. Isso é uma coisa boa de você abrir caminho.

Pesquisa oceanográficas

Não temos um instituto de pesquisas oceanográficas. A gente tem coisas espalhadas. A Marinha tem alguma coisa, a USP outra, mas não tem um instituto para isso. A gente tem o Projeto Pirata, que tem 12 boias. Um litoral do tamanho do Brasil com 12 boias não faz nem cócegas. Temos que ter milhares de boias espalhadas. Temos que ter pesquisadores com navios e submarinos. A gente precisa explorar mais, cientificamente falando, o nosso litoral, o nosso mar. Utilizar satélites para captar esses dados todos. Essa é outra grande batalha.

Pendências

A primeira pendência pra mim é conectar o Brasil. A infraestrutura de conexão do Brasil, com fibra ótica e satélite. Levar internet para dentro da cidade, para fora da cidades, para propriedades rurais, fazendas.

Motivo do silêncio

Eu queria primeiro organizar as coisas. em vez de ficar cacarejando antes do ovo. Primeiro, queria ter as coisas feitas e ter coisas para falar. Por isso, eu esperei um tempo. Vamos começar a aparecer mais. É um ministério que tem a capacidade enorme de ajudar o país e outros ministérios. É o jeito que eu gosto de trabalhar. Eu vou fazendo

as coisas e quando está pronto eu te entrego, porque ficar falando antes, às vezes, não dá certo.

Privatizações

Vamos com calma. Isso está sendo feito de uma maneira bem-feita. As nossas três empresas, Citec (Comissão de Incorporação de Tecnologias), Correios e Telebras, entraram para o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). Vão ser feitos estudos e, dentro desses estudos, (a decisão de privatizar) vai ser determinada primeiro pela melhor governança e gestão das empresas. Porque não vale a pena você vender um caco. Então, melhorar a governança das empresas, melhorar a gestão, melhorar a empresa em si. PPIs servem pra isso e, também, qual é a melhor maneira de fazer. Porque são empresas grandes e importantes. Isso está sendo feito lá no PPI.

Eu não sou contra, absolutamente. Sou a favor de a gente fazer a coisa da maneira correta, e isso está sendo feito. Então, estou muito feliz de que as empresas estejam lá no PPI. Os estudos estão sendo feitos. No final desses estudos, pode ser que eu fale: “Ok, essa empresa, por alguma razão, é importante ficar no governo”.

Quando você faz essa privatização, tem que preservar a utilização pública. A Telebras tem uma importância pública grande em termos de conectar o país. Igual aos Correios, que é a instituição no país, que está em basicamente todas as cidades. Então, preservados esses interesses públicos, eu acho que não tem problema nenhum. É um caminho de você modernizar as coisas, fazer com que fique mais dinâmico, melhor para os funcionários também.

Teve uma audiência pública em que conversei com os funcionários dos Correios, porque é ruim essa situação de ficar na dúvida do que vai acontecer. Mas o Floriano (Peixoto, presidente dos Correios) tem trabalhado nisso, de reforçar a governança, resolver os problemas de gestão da empresa. E foi um compromisso que eu assumi quando acabou a audiência, de colocar algumas ações.

Primeiro, para o Floriano: vai continuar a reforçar a empresa. Quanto mais forte estiver a empresa, melhor, inclusive para o caso de privatização. Segundo: eu vou correr atrás de saber o mais rápido possível e definir se entra para a privatização ou no PPI. Agora, ela está nessa situação e existe um marco regulatório. Durante o processo, caso ela vá para o Plano Nacional de Desestatização, no meio do caminho tem que ser construído um marco regulatório, que inclui todas essas condições de manutenção dos serviços essenciais públicos; e dos funcionários, de como que eles têm que ser preservados e como vão ser feitos esses acordos.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Reforço para educação

Reunidos ontem em Brasília, governadores reforçaram a reivindicação de que a União destine mais recursos para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Em carta aberta, divulgada após o encontro, eles reafirmaram a posição de que o fundo deve se tornar permanente e que o governo federal se comprometa a repassar mais verbas para mantê-lo.

No documento, os governadores afirmam que as medidas “fortalecerão as políticas para a educação básica e pública e a valorização dos profissionais da educação”. Na saída da

sétima reunião do Fórum de Governadores, em Brasília, o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), afirmou que há consenso entre os estados de que é preciso ampliar o investimento em educação para reduzir desigualdades educacionais.

Nesse sentido, os governadores cobram celeridade no andamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15/2015 no Congresso, que, entre outros pontos, sugere um aumento gradual da participação da União, que passaria dos atuais 10% para 40% em 2031.

O governo federal resiste à mudança pelo alto custo que, pelos cálculos do Ministério da Economia, chega a R\$ 855 bilhões na próxima década — mais do que o ganho de R\$ 800 bilhões esperado com a reforma da Previdência no período. A contraproposta do Planalto é de aumentar gradualmente a participação no fundo, até chegar a 15%, em 2026.

A relatora da PEC, deputada Dorinha Seabra (DEM-TO), discorda dos cálculos do ministério. De acordo com ela, o gasto seria de R\$ 279 bilhões, bem menos do que o anunciado. A parlamentar participou do encontro, que contou com a presença de 24 governadores.

A proposta em discussão na Câmara também torna o fundo permanente, o que atenderia a outra demanda dos representantes dos estados. Pelas regras atuais, o Fundeb deixa de valer em 2020. Segundo Dorinha Seabra, “o país não gasta em educação como um país desenvolvido”.

Os recursos do Fundeb cobrem 63% do financiamento da educação básica pública brasileira, o que, este ano, corresponde a R\$ 156,3 bilhões. Desse valor, 90% é aplicado por estados, municípios e Distrito Federal. Os outros 10%, que vêm da União, são destinados a estados que não alcançam o índice mínimo de investimento por aluno.

Para a governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), a aprovação das novas regras é importante para que, no próximo ano, o Fundeb “não passe por nenhuma instabilidade”. “É urgente criarmos um substituto que seja permanente, para que o Fundeb passe a ser política de Estado”, defendeu.

[topo](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

MEC oferece vagas no ensino técnico

O Ministério da Educação (MEC) vai ofertar mais de 1,5 milhão de vagas em educação profissional e tecnológica até 2023 como parte do programa Novos Caminhos, lançado ontem pelo ministro Abraham Weintraub. Representa que as atuais 1,9 milhão de vagas passarão para 3,4 milhões, em todo o país, um aumento de 80%.

O programa será realizado por meio de ações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC). O público-alvo são estudantes do ensino médio, além de jovens e adultos que não possuem formação profissional.

Segundo o ministro, o objetivo é acabar com preconceitos em relação a cursos técnicos e melhorar a qualificação dos profissionais. “Um curso técnico bom permite ao jovem ter renda superior a alguém formado em curso superior, que não tem foco na realidade”, explicou, para acrescentar:

"Quarenta por cento das empresas encontram dificuldade para encontrar profissionais qualificados, principalmente técnicos. A proposta do programa é alinhar a demanda da indústria para qualificar profissionais e colocar esses jovens no mercado de trabalho gerando renda".

Weintraub afirmou que o MEC estima uso de cerca de R\$ 5 bilhões por ano para criação dessas vagas. Inclusive, segundo o ministro, esses recursos já estão previstos no orçamento de 2020, mesmo com o corte de 9% no orçamento de gastos não obrigatórios para o próximo ano.

Conforme enfatizou, um dos objetivos do Novos Caminhos "é parar de chamar o jovem que não estuda nem trabalha de nem nem". Esse jovem não é vagabundo, ele simplesmente não trabalha porque não consegue. Não foram dadas as condições para ele buscar um emprego mais qualificado, ou mesmo de buscar um emprego".

O programa inclui uma série de ações, como melhorias na regulação de cursos técnicos e formação de professores. Para isso, é dividido em três eixos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento, e Inovação e Empreendedorismo. "A educação tem que estar voltada para o mercado de trabalho, não pode dar as costas e ignorar as demandas do setor produtivo", disse o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau.

O Brasil está distante da oferta de educação profissional e técnica de outros países, conforme dados apresentados pelo MEC. Enquanto aqui a oferta de ensino técnico chega a 8% das matrículas de ensino médio, no Reino Unido esse percentual é de 63%; na União Europeia, 48%; e, no Chile, 31%.

Outros caminhos

O ministro garante que o Novos Caminhos não tem qualquer relação com medidas para a educação profissional realizadas nos governos anteriores. "Daqui a pouco, vão dizer isso aí já foi feito no Pronatec. Se pudessem dizer que é possível estocar o vento, como fez certa presidente, diriam", provocou, em referência ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo governo federal em 2011, e atacando a ex-presidente Dilma Rousseff.

Para ampliar o acesso ao ensino técnico, uma das ferramentas do MEC é a educação a distância (EAD) e com uso parcial do ensino remoto. De acordo com Weintraub, a modalidade facilita a inclusão ao afastar preocupações com gastos relativos à moradia e deslocamento. Além disso, é possível que o aluno concilie mercado de trabalho com estudos. O MEC não detalhou quantas vagas serão oferecidas via EAD e no modelo misto.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Estudar direito

Taxas de reprovação na OAB derrubam cursos no Ranking Universitário Folha

Por si só, o gigantismo do ensino de direito no país despertaria preocupação. São quase 1 milhão de estudantes nessa área, entre cerca de 8 milhões de matriculados em todos os

cursos de nível superior.

Mais grave ainda se mostra a constatação de que a imensa maioria dos alunos não atinge as habilidades mínimas exigidas pelo exame da Ordem dos Advogados do Brasil para exercer a profissão.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/10/estudar-direito.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC quer mais 1,5 milhão de alunos no ensino técnico, mas não define orçamento Salto em matrículas vai depender dos estados; iniciativa prevê formação de professores e liberação de recursos travados

Brasília

O MEC (Ministério da Educação) anunciou nesta terça-feira (8) um programa voltado para a educação técnica e profissional e a promessa de criar 1,5 milhão de matrículas até 2023, mas não detalhou como essa meta será alcançada na totalidade. Também não há previsão de novos investimentos para criar vagas.

No plano do governo, o salto de matrículas seria de cerca de 80%, passando dos atuais 1,9 milhão de alunos para 3,4 milhões até 2023, um ano após o fim do mandato do presidente Jair Bolsonaro (PSL).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/mec-quer-mais-15-milhao-de-alunos-no-ensino-tecnico-mas-nao-define-orcamento.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Deficiências do ensino médio

“Não há hoje nenhuma rede estadual de ensino garantindo o nível de aprendizagem que os alunos precisam ter no ensino médio”, constata a pesquisa Excelência com Equidade no Ensino Médio promovida pelo Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), Fundação Lemann, Instituto Unibanco e Itaú BBA. Segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica, dos estudantes da rede pública que ingressam no ensino médio, apenas 34% têm aprendizado adequado em português e 15%, em matemática. Desde 2005, 14 Estados tiveram queda na proficiência de português e 16 na de matemática. Apesar disso, há exemplos de boas práticas que merecem ser intensificadas e replicadas.

De um total de 5.042 escolas públicas, os pesquisadores identificaram apenas 100 (2%) que atingiram critérios mínimos de qualidade, como taxas de aprovação acima de 95%, proficiência satisfatória em português e matemática e desempenho acima da média no Enem. O foco do estudo foi identificar os elementos diferenciais dessas escolas. Um primeiro elemento é regional: 55 dessas 100 escolas estão no Ceará, seguido por Pernambuco, com 14. Na Região Sul, apenas duas escolas passaram pelo crivo, e na Região Norte, só uma.

O dado que mais chama a atenção de gestores e pedagogos é que a maioria dessas escolas funciona em tempo integral. É uma tendência em quase todos os Estados, mas

morosa: em 2014, as escolas de ensino integral representavam 5,4% do total, e hoje são quase 10%. Lamentavelmente, o governo federal chegou a acenar com um programa de fomento ao ensino integral, mas recuou desse propósito.

De um modo geral, o currículo integral é composto por duas partes, uma comum, com o repertório de disciplinas fundamentais, e outra diversificada, com matérias eletivas, projetos e dinâmicas alternativas. Assim, além da transmissão de conteúdos, esse modelo “abre mais espaço para trabalhos autorais dos estudantes – projetos interdisciplinares que proporcionam a aplicação prática dos conteúdos, com estímulo à conexão de saberes, à reflexão e à expressão mais ampla das habilidades de cada um, produzindo conhecimento e formando pensamento crítico”, diz a pesquisa.

Os ganhos são evidentes: 82 das 100 escolas mais qualificadas da rede pública são integrais. Mas há muitos desafios à sua replicação. Em primeiro lugar, é um modelo que não atende todos os estudantes. Quatro em cada dez alunos da rede pública exercem atividade remunerada após as aulas, imprescindível para a economia doméstica da maioria. De resto, é um modelo evidentemente custoso. Se for bem implementado, traz, por óbvio, retorno, mas, se não for, pode acarretar desperdício de recursos, algo particularmente crítico na atual conjuntura de austeridade fiscal.

Outra constatação do estudo é que, se no ensino fundamental o bom desempenho das escolas está associado a intervenções diretas das secretarias de cultura com vistas a qualificar a formação e os formadores, no ensino médio o suporte não costuma ir além do monitoramento de indicadores. Assim, há poucas políticas de capacitação de professores do ensino médio, e o resultado delas é bastante modesto.

Em conclusão, os pesquisadores afirmam, com base em estudos internacionais consolidados, que seis aspectos são comuns aos melhores sistemas educacionais. No Brasil, três deles são verificados nas melhores escolas: primeiro, elas trabalham para garantir um bom clima escolar; depois, possuem uma gestão focada na aprendizagem dos alunos; e, finalmente, realizam avaliações que apontam intervenções pedagógicas necessárias. Contudo, nos três outros elementos, a saber, o currículo como norte central, o financiamento mínimo necessário e a formação de professores, há uma carência generalizada, especialmente no último. O desafio é grande, mas não há alternativa senão enfrentá-lo. Cada dia que a educação não avança rumo à excelência é um passo atrás no caminho do desenvolvimento.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Programa do MEC para ensino técnico tem aula a distância

O Ministério da Educação (MEC) lançou ontem um programa voltado para ampliar a educação profissional e tecnológica, que permite cursos a distância. Batizado de Novos Caminhos, ele prevê a abertura de 1,5 milhão de vagas até 2023 e, como adiantou o estadao.com.br, traz uma série de semelhanças com o Pronatec, criado por Dilma Rousseff. A exemplo do programa anterior, ele prevê parcerias com o sistema S e a rede federal e faculdades privadas.

Ao anunciar o Novos Caminhos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que cursos poderão ser dados por meio do “ensino parcial”, que mescla aulas presenciais com ensino a distância. “Essa combinação reduz dramaticamente o custo do aluno por ano”, justificou.

O investimento por vaga dessa modalidade de aula seria entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil. Além de mais barata, essa forma de ensino traria maior eficiência, na avaliação do ministro. Ele argumenta que alunos que optam por cursos técnicos têm origem mais humilde e despesas no deslocamento e de moradia para locais próximos da escola aumentam a desistência. Com a associação de aulas presenciais em laboratório e o ensino a distância, o custo para o aluno também seria menor. “Tudo fica mais eficiente.”

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau, disse que a expansão de vagas será obtida por diversos caminhos. A meta é que a rede federal amplie as vagas de ensino técnico até alcançar o patamar de 30%. Mas, de acordo com ele, o grande potencial está na rede estadual, que deverá ser auxiliada para que seja obtida uma ampliação de até 80%. Entre as estratégias está o auxílio para melhoria da infraestrutura, a capacitação de professores e a assistência

Pronatec. O financiamento das atividades será feito com recursos dos programas de fomento, como o Pronatec. Lançada em 2011 e alvo de uma série de críticas pelo governo Bolsonaro, a iniciativa destinou até 2018 o equivalente a R\$ 14 bilhões. De acordo com o MEC, porém, 78% foram aplicados em cursos concedidos na rede privada e grande parte em cursos de curta duração. Culau afirmou que o objetivo agora é reverter as deficiências e usar os recursos de forma a atender também às necessidades do mercado.

De acordo com o MEC, existem hoje R\$ 550 milhões que já haviam sido previstos no programa de incentivo para qualificação profissional de jovens e adultos, mas que, por diversas razões, ficaram bloqueados nos Estados. Uma das alternativas é, ao fazer a reavaliação dos trabalhos, permitir que Estados busquem parcerias com o sistema S e a rede federal e novos projetos sejam apresentados.

Alvo e diplomas. O público-alvo do programa apresentado nesta terça é formado por alunos que devem ingressar no ensino médio e uma população de cerca de 4,3 milhões de pessoas de 18 a 29 anos que não estudam e não trabalham. O programa prevê a criação de regras para que a rede privada de ensino superior possa ofertar cursos. O secretário do MEC afirmou que essa prerrogativa já havia sido prevista no passado, mas não foi regulamentada.

A ideia, agora é trazer regras claras, com critérios sobre o perfil das instituições de ensino

Futuro

Além da verba bloqueada, o secretário afirmou que, em 2020, deverão ser destinados R\$ 34 milhões para incentivar o ensino técnico e profissional. que terão a possibilidade de participar do programa e exigências específicas para os cursos, para garantir a qualidade de ensino. O Novos Caminhos também inclui o reconhecimento de 11 mil diplomas de formação técnica concedido na rede privada desde 2016, nesse período em que a regulamentação não havia sido dada.

Além da expansão de vagas, o MEC quer que cursos sejam mais condizentes com a expectativa do mercado. A pasta vai colocar em consulta pública a atualização do catálogo dos programas de educação profissional. A expectativa é de que até o próximo

ano o rol esteja atualizado. Uma das apostas é em cursos voltados para a telemedicina e no incentivo ao empreendedorismo. “Não pode dar as costas ao mercado de trabalho e às demandas do setor produtivo”, disse o secretário.

O programa lançado ontem tem como meta preparar 40 mil professores da rede pública até 2022 e 2 mil vagas para mestrado profissional em redes estaduais. O Novos Caminhos traz ainda um eixo para incentivar pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica. Editais serão lançados para grupos de alunos, professores e pesquisadores.

Ao anunciar o Novos Caminhos, Weintraub afirmou ser necessário acabar com preconceitos em relação a cursos técnicos. “Um curso técnico bom permite ao jovem ter renda superior a alguém formado em curso superior, que não tem foco na realidade.”

Lobby dentro do ministério é forte

Fontes ouvidas pelo Estado dizem que o lobby das instituições particulares é forte no Ministério da Educação (MEC). Weintraub vem acenando para as universidades privadas, que ganharam muito dinheiro durante o Pronatec, de Dilma, e não gostaram do fim do programa em 2016. O governo Temer transformou o Pronatec em algo menor.

Na semana passada, o ministro declarou que o Enade deveria punir o aluno que não se sai bem na prova, algo defendido pelo grupo há anos, já que a nota serve apenas para avaliar a instituição.

técnica para a implementação de cursos. Culau citou ainda “mecanismos alternativos de oferta”, como ele definiu os cursos a distância.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE EAD não é sinônimo de má qualidade. É preciso regulação ASSESSORA DE EDUCAÇÃO DO ITAÚ BBA

O ensino técnico é, sem dúvida, uma alternativa bastante importante dentro das políticas públicas ao redor do mundo para educação e formação para o mercado de trabalho. O que nós precisamos é mudar a forma como vemos a modalidade. Em geral, as pessoas pensam que o ensino profissionalizante tem um caráter de estagnação, de mecanização. Não é esse o ensino que vemos em diversos países nem o que defendemos para ser implementado no Brasil.

O que se defende, quando se levanta a bandeira da ampliação do ensino técnico, é de que ele seja mais uma etapa da formação de um cidadão. Assim como é a universidade. É enxergar que a modalidade não vai definir para sempre a vida de alguém, mas que é uma etapa importante para a iniciação na vida profissional, para a descoberta de interesses e habilidades. Investir em ensino técnico não significa deixar de lado as universidades.

Para que essa etapa seja importante na formação de um cidadão, é fundamental que a sua elaboração seja pensada, prezando a qualidade do ensino. Algumas disciplinas, alguns cursos ou parte deles podem ser feitos a distância. O ensino a distância não é sinônimo de má qualidade, desde que não haja generalizações e se faça uma boa regulação. Propor todo o ensino a distância é um erro, assim como dizer que tudo precisa ser presencial.

O Brasil tem casos importantes de redes que estão fazendo um excelente trabalho com o ensino técnico, como é o caso de Paraíba, Ceará, São Paulo e vários institutos federais. Essas experiências precisam ser vistas como bons exemplos a serem seguidos. Não é preciso reinventar a modalidade, mas identificar as boas iniciativas que já acontecem no País para replicá-las em larga escala.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Brasil já tem mais de 700 startups de educação

Líder em número de empresas, setor oferece soluções como crédito estudantil, reforço e agenda online

Mais de 48,5 milhões de estudantes frequentam o ensino básico no Brasil, segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) – juntos, os alunos do País lotariam 617 vezes o estádio do Maracanã. Os números gigantes da educação brasileira também valem para quando o assunto são startups: hoje, o setor é o maior do País em empresas novatas de tecnologia, segundo a Associação Brasileira de Startups (ABStartups). Ao todo, há 748 edtechs no País – o apelido é dado a empresas de tecnologia voltadas para educação.

Algumas delas têm registrado crescimento acelerado: é o caso da Quero Educação, de São José dos Campos (SP). No último ano, a empresa saltou de 400 pessoas para 700 pessoas. A Quero é dona de uma plataforma que auxilia pais a acharem escolas de custo acessível, com facilidade de pagamento e descontos de até 70%. “Começamos focados no ensino superior, mas estamos verticalizando a operação para atender a qualquer tipo de curso”, diz Bernardo de Pádua, presidente da startup.

Fundada em 2012, a empresa ganha dinheiro ao receber uma fatia de cada mensalidade paga por meio de sua plataforma. Hoje, já tem mais de 500 mil estudantes matriculados. “Em dois anos, queremos chegar a outros países, começando a expansão pela América Latina”, diz Pádua, que ganha cerca de 35 novos funcionários por mês.

Outra empresa que tem se destacado no setor é a Descomplica, uma instituição de ensino digital que tem mais de 500 mil assinantes no País – eles pagam a partir de R\$ 9,90 por mês para acesso ilimitado a aulas e ferramentas de estudo online.

Fundada em 2011 pelo professor de física Marco Fisbhen, a startup ficou famosa pelos conteúdos voltados ao Enem, mas hoje também fornece materiais para concursos e aulas de pós-graduação online. Todos os professores da empresa são contratados. Nos últimos anos, a startup levantou US\$ 32,5 milhões em quatro rodadas de investimento. “Temos o desafio de conseguir cada vez mais alunos e mudar a reputação do ensino online no Brasil, que não é muito bem vista”, diz o fundador da Descomplica.

Tanto a Quero Educação quanto a Descomplica oferecem serviços voltados ao público final, sejam eles pais ou alunos. “É um tipo de empresa que tem uma entrada maior nesse setor, que não precisa necessariamente passar pelos obstáculos de vender um produto para as escolas, sejam particulares ou públicas”, afirma Lucia Dellagnelo, diretora presidente do Centro de Inovação para Educação (Cieb). Por outro lado, segundo especialistas, apostar no público final é um caminho mais tortuoso, uma vez que, para gerar receita, as empresas precisam investir mais em marketing e divulgação.

Startups também tentam entrar na rotina das escolas

Algumas startups brasileiras, entretanto, tentam entrar na rotina das instituições de ensino. A Agenda.Edu, por exemplo, oferece uma agenda digital para mediar a comunicação entre escolas, pais e alunos, com comunicados escolares e avisos de lição de casa, por exemplo. “Um dos sócios perdeu um bilhete escolar e não comprou uma máscara de carnaval para a filha. A criança foi a única da sala que ficou sem o adereço. Daí surgiu a startup”, conta o presidente executivo da empresa, Anderson Morais.

Para Morais, um dos grandes desafios da Agenda.Edu é mostrar a importância do serviço para as instituições. “Muitas vezes a escola tem receio de inovar. É preciso ter uma mudança de cultura”, afirma o executivo. A Agenda.Edu tem parceria com 1,8 mil escolas e sistemas de ensino, incluindo nomes como a britânica Pearson.

Leo Gmeiner, diretor do Comitê de Edtech da ABStartups, diz que existe desconhecimento das escolas sobre o universo das startups. “É preciso desmistificar a tecnologia”, afirma. “Além disso, o gestor da escola pode até estar aberto para receber inovação, mas não necessariamente tem tempo para fazer acontecer.”

Quem também aposta em uma solução para facilitar o dia a dia das escolas é a Eskolare – dona de uma loja online que faz a ponte entre pais e fornecedores de produtos e serviços como uniformes, material escolar e até adereços para festas de fim de ano. “No site, os pais acessam uma vitrine personalizada do aluno, vinculada à instituição de ensino”, diz o fundador Erick Moutinho. Hoje, mais de 200 escolas particulares já usam o serviço da Eskolare.

Atender o setor público é desafio

Entrar no setor público – onde estão praticamente quatro em cada cinco alunos do ensino básico no País – é um desafio. É também um obstáculo do setor, que precisa desse público para ganhar escala – um desafio que outros segmentos de startups já conseguiram superar. “Há muitas startups gerando inovação, mas que não conseguem ser incorporadas nas escolas públicas”, diz Lucia, do Cieb. “A burocracia das compras públicas, feitas pelas Secretarias da Educação são enormes”, diz a diretora.

Um caminho é a cessão gratuita do software para testes em escolas. É o que fez a Agenda Edu. “Sabíamos do desafio de lidar com governos, então fizemos convênios com algumas escolas e buscamos um modelo de negócio viável”, diz o presidente executivo da startup.

Mas, para especialistas, não basta só apostar na tecnologia para salvar a educação brasileira. “É preciso saber como usar a ferramenta e para quê. Também é necessário que professores e gestores tenham competência digital”, afirma a diretora do Cieb. “Se usada de forma multidimensional, a tecnologia pode melhorar a qualidade e a equidade do ensino, e não só deixar a escola mais legal.”

topo ↕

TRIBUNA DO CEARÁ - CE - TEMPO REAL

Pela 9ª vez, Uece é a melhor estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil instituição é a 10ª colocada entre as universidades estaduais do Brasil e a 12ª entre as mais jovens do país, segundo o Ranking Universitário Folha (RUF) 2019

A Universidade Estadual do Ceará (Uece) ocupa o 1º lugar no Norte e Nordeste entre as universidades que possuem menos de 50 anos de fundação.

A instituição é a 10ª colocada entre as universidades estaduais do Brasil e a 12ª entre as mais jovens do país, segundo o Ranking Universitário Folha (RUF) 2019, divulgado nesta segunda-feira (7).

Ainda de acordo com avaliação do RUF, a Uece encontra-se entre as 100 melhores universidades do Brasil. Comparada ao ranking de 2018, a universidade cearense subiu duas posições, passando da 57ª para a 55ª colocação geral. No aspecto “Internacionalização”, também merece destaque, pois subiu do 87º para o 48º lugar geral. Em “Ensino”, a Uece passou da 92ª para 85ª posição.

Para o procurador educacional institucional da Universidade Estadual do Ceará, professor Jerffeson Teixeira de Souza, “o resultado é mais um reconhecimento da qualidade do trabalho desenvolvido na Uece e de sua importância como espaço de formação de profissionais para o mercado de trabalho, de construção de conhecimento e de extensão”.

O levantamento da Folha avaliou ainda 18 cursos da Uece – Administração de Empresas, Biologia, Ciências Contábeis, Computação, Educação Física, Enfermagem, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Química e Serviço Social.

No ranking dos cursos no Ceará, Medicina Veterinária, Nutrição e Serviço Social ocupam, mais uma vez, a 1ª colocação entre os melhores do estado.

Urca

A Universidade Regional do Cariri (Urca) também melhorou três posições no ranking, saltando do 149º para 146º. Já a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) ocupa a 133ª posição no mesmo ranking.

Segundo o reitor Francisco do O’ Lima Júnior, a melhoria do indicador da Urca, pelo Ranking das Universidade da Folha (RUF), leva em consideração ensino pesquisa, a inserção do egresso no mercado, elementos como inovação e as ações de internacionalização.

“São ações que estão sendo priorizadas na universidade, desde a última gestão, o que resultou na melhoria de três posições no ranking”, ressaltou.

A Urca está entre seis universidades cearenses que mudaram de posição e é importante. Agora na posição 146, um dos melhores avanços, inclusive de acordo com o ranking da RUF, está relacionado às ações de pesquisa. “Isso mostra que foi uma das opções acertadas, e um conjunto de atividades desempenhadas, como investimentos na pós-graduação *Stricto sensu*, com crescimento relacionado aos cursos de mestrado e doutorado, ressaltando-se a qualificação docente, estágios de pós-doutorado, e no desenvolvimento de grandes pesquisas”, observa o reitor.

Francisco do O’ Lima Júnior ainda destaca o grande número de professores que concorreram aos editais de produtividade, do **Capes** e do Cnpq, bolsistas de produtividade de interiorização da Funcap, que resulta na grande ação de pesquisa da URCA.

Avaliação

O Ranking Universitário da Folha avalia anualmente todas as universidades ativas do Brasil, nos aspectos Pesquisa, Ensino, Mercado, Internacionalização e Inovação. Neste ano, foram avaliadas 197 instituições.

A avaliação do Ranking Universitário Folha (RUF) atribui pontos por Pesquisas (42 pontos) – que são Artigos científicos publicados pela universidade; Artigos científicos em revistas brasileiras; Percentual de professores da universidade considerados produtivos pelo CNPq; e número de teses defendidas por docente – Ensino (32 pontos) – opinião de docentes do ensino superior, pesquisa feita pelo Datafolha com professores distribuídos pelo país; Percentual de professores com doutorado ou mestrado; Percentual de docentes em regime de dedicação integral ou parcial; e nota média da universidade no Enade – além de mercado de trabalho (18 pontos), inovação (4 pontos), e internacionalização (4 pontos).

Ao todo, 197 universidades públicas e privadas de todo país foram avaliadas.

[topo](#)

ALÔ BRASÍLIA - BRASIL

Em carta, governadores declaram apoio a mudanças no Fundeb no Congresso

Os governadores reunidos no VII Fórum Nacional de Governadores defendem mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em discussão no Congresso Nacional. Em uma carta aberta, os chefes dos executivos estaduais declararam maior equidade e a permanência do fundo – além da liberação de mais recursos da União.

“O Fórum Nacional de Governadores reafirma a imprescindibilidade de torná-lo (o Fundeb) permanente, e a necessidade imperativa de ampliar os recursos da União para que, assim, possa manter-se o principal instrumento de redução das desigualdades educacionais”, diz a carta. Os governadores também defendem a discussão “imediate” do tema no Congresso Nacional. “Entendemos que essas medidas fortalecerão as políticas para a educação básica pública e a valorização dos profissionais da educação”.

[topo](#)

DIÁRIO DO COMERCIO – MG - NEGÓCIOS

Embraer e Ufes conduzem primeiro teste de aeronave autônoma no Brasil

Uma cooperação científica e tecnológica entre a Embraer e a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), nas áreas de robótica autônoma e inteligência artificial, resultou no primeiro teste de uma aeronave autônoma no Brasil. A iniciativa bem-sucedida possibilitou que um protótipo realizasse sozinho a operação de taxiamento, movimentando-se em solo por um trajeto previamente estabelecido e sem interferência humana.

O conjunto de navegação por sensores e imagem conduziu a aeronave demonstradora da tecnologia de sistemas autônomos pela pista de decolagem, área de táxi e pátio de forma totalmente independente, sem auxílio externo. Um piloto acompanhou a operação da cabine de comando, caso houvesse alguma intercorrência. O teste ocorreu na última semana de agosto, na Unidade da Embraer em Gavião Peixoto, interior de São Paulo.

Nos últimos seis meses, pesquisadores da Embraer e da Ufes trabalharam juntos em modelos matemáticos e computacionais de automação, desenvolvimento de softwares,

hardwares, kit de sensores a laser, GPS e câmeras, bem como na integração dos sistemas na plataforma aeronáutica. O sistema autônomo de navegação terrestre foi testado em um simulador durante avaliações preliminares, antes da operação real.

“Nossa estratégia de desenvolvimento tecnológico em sistemas autônomos busca posicionar o País na vanguarda dos processos de inteligência artificial em diversas aplicações,” disse o vice-presidente executivo de Engenharia e Tecnologia da Embraer, Daniel Moczydlower. “Alcançar esse marco tecnológico no mês de celebração dos 50 anos da Embraer, demonstra não somente a importância da aproximação da indústria com a universidade, mas também como nossas pessoas estão preparadas e engajadas para a jornada de excelência necessária para as próximas décadas.”

O sistema integrado de inteligência artificial monitorou as condições externas e internas da aeronave, atuando de forma independente nos comandos de aceleração, direção e frenagem, e executou com precisão a movimentação pelo trajeto indicado. A plataforma aeronáutica do teste – a mesma utilizada para o desenvolvimento dos modernos jatos executivos Legacy 500 e Praetor 600 -, integrou funcionalidades do sistema IARA (Intelligent Autonomous Robotic Automobile), resultado de uma pesquisa na área de carros autônomos que teve início em 2009, no Laboratório de Computação de Alto Desempenho (LCAD) da Ufes.

“Este sucesso demonstra a excelência do que vimos desenvolvendo na Ufes nestes últimos 10 anos nas áreas de veículos autônomos e inteligência artificial. Ele nos coloca mais uma vez na vanguarda científica nestas áreas no nível mundial. Fazer tudo isso em parceria com a Embraer nos enche de orgulho e satisfação”, afirmou o professor Alberto Ferreira de Souza, coordenador do projeto.

Parceria – A parceria com a Ufes, no âmbito de pesquisa e desenvolvimento pré-competitivo, busca acelerar o conhecimento das tecnologias de sistemas autônomos, por meio da implementação de processos mais ágeis de experimentação.

A proposta de desenvolvimento científico de sistemas aeronáuticos autônomos, utilizando uma plataforma demonstradora de tecnologia, constitui um instrumento de pesquisa pré-competitiva eficaz e eficiente para aprendizado, capacitação e maturação das tecnologias antes da aplicação em produtos futuros ou desenvolvimento de novos segmentos de mercado.

Iniciativas como esta, combinadas com políticas de incentivo de longo prazo, podem potencializar, por exemplo, a capacidade do Brasil de viabilizar uma nova era da mobilidade aérea mais acessível à população.

A Embraer aposta no modelo de inovação aberta e mantém colaboração com dezenas de universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Entre os destaques estão as parcerias de longo prazo com instituições como a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as Fundações de Amparo à Pesquisa dos estados de Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais (Fapesc, Fapesp e Fapemig, respectivamente) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), que são fundamentais para diminuir a distância entre a comunidade científica e as necessidades da indústria.

Ao estabelecer parcerias estratégicas por meio de mecanismos mais ágeis de

cooperação, a Embraer estimula redes de conhecimento que permitem um significativo aumento de competitividade do País e a construção de um futuro sustentável. (Da Redação)

topo ↕

O ESTADO - MS - BRASIL

MEC abrirá 1,5 mi de vagas em educação profissional

O programa Novos Caminhos, lançado pelo Ministério da Educação (MEC), nessa terça-feira (8), vai ofertar mais 1,5 milhão de vagas em educação profissional e tecnológica até 2023. Com o programa, as atuais 1,9 milhão de vagas passarão para 3,4 milhões em todo o país, representando um aumento de 80%.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, assinou quatro portarias para dar andamento ao programa. Segundo o ministro, o objetivo é acabar com preconceitos em relação a cursos técnicos e melhorar a qualificação dos profissionais. “Um curso técnico bom permite ao jovem ter renda superior a alguém formado em curso superior, que não tem foco na realidade”, explicou. Essas vagas deverão ser ofertadas tanto no Ensino Médio quanto para jovens e adultos que já estão fora da escola. A pasta pretende também articular a oferta dos cursos com a demanda do mercado de trabalho. “A educação tem de estar voltada para o mercado de trabalho, não pode dar as costas e ignorar as demandas do setor produtivo”, disse o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau.

O programa prevê uma série de ações, que incluem mudanças na regulação da oferta de cursos técnicos, formação de professores e ampliação de cursos profissionais e técnicos. O novo programa se baseia em três eixos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento; e Inovação e Empreendedorismo. A pasta vai atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos, que orienta a oferta em todo o país.

O catálogo vigente, segundo o MEC, foi atualizado em 2014, com base no cenário do Brasil em 2013. “Vamos fazer a identificação dos conhecimentos e das habilidades, das novas profissões, que devem ser incorporadas ao catálogo”, disse o secretário Culau. Para a atualização, o setor produtivo deverá ser procurado para expor a atual demanda. A pasta pretende também consolidar um novo marco regulatório para a oferta de cursos técnicos por instituições privadas de Ensino Superior.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Câmara aprova remanejar R\$ 3 bi no orçamento do governo; falta de senadores encerra sessão

Remanejamento deve ser analisado em sessão conjunta e, como não havia número suficiente de senadores, trabalhos foram encerrados. Mudança tira recursos de 13 pastas e beneficia seis; lista.

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (8) o texto-base da proposta que remaneja R\$ 3 bilhões no orçamento do governo federal. A conclusão da votação do projeto, porém, foi adiada porque a sessão foi encerrada por falta de quórum entre os senadores.

Esse tipo de projeto deve ser analisado em sessão conjunta, e como só havia 37 senadores no plenário (são exigidos pelo menos 41 dos 81), os trabalhos foram encerrados. Uma nova sessão deverá ser marcada.

CLIPPING



De acordo com o projeto, serão contemplados os seguintes ministérios:

Desenvolvimento Regional: R\$ 1 bilhão

Saúde: R\$ 732 milhões

Defesa: R\$ 540,7 milhões

Agricultura: R\$ 421 milhões

Educação: R\$ 230 milhões

Cidadania: R\$ 116,8 milhões

Ainda conforme o projeto, os recursos serão usados, por exemplo:

Desenvolvimento Regional: Estruturação e dinamização de atividades produtivas; apoio a projetos de desenvolvimento sustentável; e para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Saúde: Obras de saneamento e manutenção de unidades de saúde, serviços de atenção básica e assistência ambulatorial e hospitalar.

Defesa: Compra de helicópteros e aviões e implantação de programas de defesa estratégica, entre outros.

Origem dos recursos

A verba a ser remanejada será transferida de outros 13 ministérios:

Educação;

Agricultura;

Ciência e Tecnologia;

Economia;

Relações Exteriores;

Justiça;

Minas e Energia;

Infraestrutura;

Meio Ambiente;

Defesa;

Desenvolvimento Regional;

Turismo;

Mulher, Família e Direitos Humanos.

Dessas 13, a pasta mais atingida será a da Educação, que perderá mais de R\$ 1 bilhão no orçamento. Com isso, o programa mais afetado será o Educação de Qualidade Para Todos, que prevê recursos para o funcionamento de instituições federais de ensino superior.

Como está prevista a suplementação para a pasta de cerca de R\$ 200 milhões, o saldo negativo para o MEC ficará em torno dos R\$ 900 milhões.

Como foi a sessão

A sessão desta terça-feira foi marcada pela obstrução, com base no regimento, por parte de parlamentares contrários à proposta.

A oposição criticou o projeto, afirmando que parte dos recursos vai para o pagamento de emendas parlamentares supostamente prometidas pelo governo em troca de apoio à reforma da Previdência.

Emendas parlamentares são recursos previstos no Orçamento da União cujas aplicações

são indicadas por deputados e senadores. O dinheiro é empregado em projetos e obras nos estados e municípios.

“Esse dinheiro vai para pagar as emendas parlamentares daqueles deputados que aqui no plenário, tais quais burrinhos de presépio disseram amém, amém, amém, amém, amém para o governo na votação da Previdência. Está aqui o exemplo de um projeto ruim, maledicente, para arrumar dinheiro mal havido, dinheiro sujo, para pagar certas atitudes”, disse Pompeo de Mattos (PDT-RS).

Em um momento da sessão, o deputado José Medeiros (Podemos-MT) bateu boca com deputados petistas que diziam que a proposta tinha o objetivo de pagar a conta da Previdência. “Isso é mentira, mentira”, protestou.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), então, foi aos microfones para defender a votação da proposta. “Nenhum de nós votou a Previdência por troca de favor nenhum do governo. Votamos por convicção”, afirmou.

O líder da Rede no Senado, Randolfe Rodrigues (AP), destacou que a proposta discutida nesta terça-feira reduz os recursos do Ministério da Educação.

“Esse PLN tira — repito — R\$ 1 bilhão da Educação, tira R\$ 127 milhões das universidades federais, que já estão combalidas, e coloca R\$ 950 milhões para pagamento de uma fatura. Nós não somos contra as chamadas emendas parlamentares, somos contra uma emenda parlamentar ser barganha, ser moeda de troca, ter sido trocada às custas dos direitos do povo brasileiro na votação da reforma da Previdência”, disse.

O relator da proposta, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), defendeu a aprovação do texto. “Faço a consideração adicional de que os recursos solicitados anteriormente na área de educação e em outras áreas fundamentais estão sendo recompostos na liberação de recursos bloqueados, inclusive, também, senhor presidente, com recursos adicionais adquiridos por alguns ministérios no provimento do Supremo Tribunal Federal, que destinou 1 bilhão e 600 mil reais à área da educação”, declarou.

Recursos para o Judiciário

Antes de analisarem o projeto de remanejamento de recursos, os congressistas aprovaram uma proposta de crédito suplementar de R\$ 236 milhões para órgãos do Judiciário. Serão contempladas as justiças Federal, Eleitoral, Trabalho, Distrito Federal e Territórios, além do Ministério Público e Conselho Nacional do MP.

De acordo com defensores do texto aprovado, o objetivo do recurso é a manutenção de atividades nesses órgãos.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Programa do MEC para ensino técnico prevê cursos a distância

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta terça-feira, 8, um programa voltado para ampliar a educação profissional e tecnológica, que permite cursos a distância. Batizado de Novos Caminhos, ele prevê a abertura de 1,5 milhão de vagas até 2023 e, como o jornal O Estado de S. Paulo revelou, traz uma série de semelhanças com o Pronatec, criado pela ex-presidente da República Dilma Rousseff. A exemplo do programa

anterior, ele prevê parcerias com o sistema S e a rede federal e faculdades privadas.

Ao anunciar o Novos Caminhos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub afirmou que cursos poderão ser dados por meio do “ensino parcial” que mescla aulas presenciais com ensino a distância. “Essa combinação reduz dramaticamente o custo do aluno por ano”, justificou.

O investimento por vaga dessa modalidade de aula seria entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil. Além de mais barata, essa forma de ensino traria maior eficiência, na avaliação do ministro.

Ele argumenta que alunos que optam por cursos técnicos têm origem mais humilde e despesas no deslocamento e de moradia para locais próximos da escola acabam aumentando a desistência do curso. Com a associação de aulas presenciais em laboratório e o ensino a distância, o custo para o aluno também seria menor. “Tudo fica mais eficiente.”

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau, disse a expansão de vagas será obtida por diversos caminhos. A meta é que a rede federal amplie as vagas de ensino técnico até alcançar o patamar de 30%. Mas, de acordo com ele, o grande potencial está na rede estadual, que deverá ser auxiliada para que seja obtida uma ampliação de até 80% .

Entre as estratégias está o auxílio para melhoria da infraestrutura, a capacitação de professores e a assistência técnica para a implementação de cursos. Culau citou ainda “mecanismos alternativos de oferta”, como ele definiu cursos a distância.

O financiamento das atividades será feito com recursos dos programas de fomento, como o Pronatec. Lançada em 2011 e alvo de uma série de críticas pelo governo Bolsonaro, a iniciativa destinou até 2018 o equivalente a R\$ 14 bilhões.

De acordo com o MEC, porém, 78% foram aplicados em cursos concedidos na rede privada e boa parte deles, em cursos de curta duração. Culau afirmou que o objetivo agora é rever as deficiências e usar os recursos de forma a atender também as necessidades do mercado.

Segundo o MEC, existem hoje R\$ 550 milhões que já haviam sido previstos no programa de incentivo para qualificação profissional de jovens e adultos mas que, por diversas razões, ficaram bloqueados nos Estados. Uma das alternativas é de que, ao fazer a reavaliação dos trabalhos, Estados busquem parcerias com o sistema S e a rede federal e novos projetos sejam apresentados. Além da verba bloqueada, o secretário afirmou que, em 2020, deverão ser destinados R\$ 34 milhões para incentivar o ensino técnico e profissional.

O público alvo do programa apresentado nesta terça é formado por alunos que devem ingressar no ensino médio e população de cerca de 4,3 milhões de pessoas de 18 a 29 anos que não estudam e não trabalham. O programa prevê a criação de regras para que a rede privada de ensino superior possa ofertar cursos. O secretário do MEC afirmou que essa prerrogativa já havia sido prevista no passado, mas não foi regulamentada.

A ideia, agora é trazer regras claras, com critérios sobre o perfil das instituições de ensino que terão a possibilidade de participar do programa e exigências específicas para os cursos, para garantir a qualidade de ensino. O Novos Caminhos também inclui o reconhecimento de 11 mil diplomas de formação técnica concedido na rede privada desde 2016, nesse período em que a regulamentação não havia sido dada.

Além da expansão de vagas, o MEC quer que cursos sejam mais condizentes com a expectativa do mercado. A pasta vai colocar em consulta pública a atualização do catálogo dos cursos de educação profissional. A expectativa é de que até o próximo ano, o rol esteja atualizado. Uma das apostas é de cursos voltados para a telemedicina e que incentivem o empreendedorismo. “Não pode dar as costas ao mercado de trabalho e às demandas do setor produtivo”, disse o secretário.

O programa lançado nesta terça tem como meta preparar 40 mil professores da rede pública até 2022 e 2 mil vagas para mestrado profissional em redes estaduais. O Novos Caminhos traz ainda um eixo para incentivar pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica. Editais serão lançados para grupos de alunos, professores e pesquisadores.

Ao anunciar o Novos Caminhos, Weintraub afirmou ser necessário acabar com preconceitos em relação a cursos técnicos. “Um curso técnico bom permite ao jovem ter renda superior a alguém formado em curso superior, que não tem foco na realidade.”

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Após liberação de verbas, UFMG ainda tem R\$ 34 milhões bloqueados Contas ganharam um novo respiro depois R\$ 30,1 milhões desbloqueados pelo governo federal; dinheiro será destinado as atividades acadêmicas

As contas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) ganharam um novo respiro depois que o governo federal desbloqueou R\$ 30,1 milhões do orçamento da instituição no último dia 30 de setembro. A cifra corresponde a cerca de metade do valor contingenciado em maio, que foi de R\$ 64,5 milhões.

Segundo a reitora da instituição, professora Sandra Regina Goulart de Almeida, o alívio nas contas possibilitará "repassar às unidades acadêmicas o valor que estava retido, priorizando assim as atividades fins da instituição: ensino, pesquisa e extensão". Com o dinheiro, a UFMG também pretende honrar os compromissos que venceram no mês de setembro.

Mesmo com o desbloqueio da verba, pouco mais de R\$ 34 milhões continuam contingenciados. No último dia do mês de setembro, o MEC (Ministério da Educação) anunciou que iria desbloquear R\$ 1,2 bilhão dos orçamentos de todas as universidades e institutos federais.

Em maio, a pasta anunciou o bloqueio de 30% nas chamadas verbas discricionárias das instituições federais de ensino. Esses recursos são usados para a manutenção das estruturas dos campi, pagamento de bolsas de estudo e pesquisa, de contratos com empresas terceirizadas, pagamento de contas de água e energia elétrica, dentre outras despesas de custeio, que são essenciais para a manutenção e funcionamento das instituições.

Ficam de fora dessa verba os salários dos servidores – professores e técnicos – ativos e

inativos.

Redução de gastos

De acordo com a UFMG, a universidade é a segunda mais afetadas pelos cortes no orçamento desde maio deste ano - ficando atrás somente da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

A reitora da UFMG, Sandra Goulart, diz que as instituições têm se preocupado e tentado, junto ao Ministério da Educação e outros órgãos federais em Brasília, pela ampliação do orçamento para o ano que vem, bem como a liberação de recursos contingenciados neste ano, já que o planejamento financeiro e orçamentário par ao ano já foi feito.

— Fomos surpreendidos em maio, depois de cinco meses de execução (do orçamento), com a informação de que precisaríamos lidar com um valor bem inferior ao que havíamos programado. Precisamos ter condições asseguradas para uma gestão eficaz”

Segundo a UFMG, desde o anúncio do corte no orçamento da instituição, a universidade adotou medidas para reduzir os gastos com custeio, dentre elas o adiamento de editais internos de fomento e melhoria de equipamentos e da infraestrutura, campanhas para diminuir gastos com água e luz, redução no uso de ar-condicionado, gastos com viagens e diárias e a renegociação de contratos de serviços terceirizados.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Programa do MEC para ensino técnico prevê aulas a distância Novos Caminhos, como foi batizado, prevê a abertura de 1,5 milhão de vagas até 2023

BRASÍLIA - O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta terça-feira, 8, um programa voltado para ampliar a educação profissional e tecnológica, que permite aulas a distância. Batizado de Novos Caminhos, ele prevê a abertura de 1,5 milhão de vagas até 2023 e, como o Estado revelou, traz uma série de semelhanças com o Pronatec, criado por Dilma Rousseff (PT). A exemplo do programa anterior, ele prevê parcerias com o sistema S e a rede federal e faculdades privadas.

Ao anunciar o Novos Caminhos, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que cursos poderão ser dados por meio do "ensino parcial", que mescla aulas presenciais com ensino a distância. "Essa combinação reduz dramaticamente o custo do aluno por ano", justificou.

O investimento por vaga dessa modalidade de aula seria entre R\$ 1,5 mil e R\$ 2 mil. Além de mais barata, essa forma de ensino traria maior eficiência, na avaliação do ministro. Ele argumenta que alunos que optam por cursos técnicos têm origem mais humilde e despesas no deslocamento e de moradia para locais próximos da escola acabam aumentando as taxas de desistência. Com a associação de aulas presenciais em laboratório e o ensino a distância, o custo para o aluno também seria menor. "Tudo fica mais eficiente."

O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, Ariosto Antunes Culau, disse a expansão de vagas será obtida por diversos caminhos. A meta é que a rede

federal amplie as vagas de ensino técnico até alcançar o patamar de 30%. Mas, de acordo com ele, o grande potencial está na rede estadual, que deverá ser auxiliada para que seja obtida uma ampliação de até 80%. Entre as estratégias está o auxílio para melhoria da infraestrutura, a capacitação de professores e a assistência técnica para a implementação de cursos. Culau citou ainda "mecanismos alternativos de oferta", como ele definiu cursos a distância.

O financiamento das atividades será feito com recursos dos programas de fomento, como o Pronatec. Lançada em 2011 e alvo de uma série de críticas pelo governo Bolsonaro, a iniciativa destinou até 2018 o equivalente a R\$ 14 bilhões. De acordo com o MEC, porém, 78% foram aplicados em cursos concedidos na rede privada e boa parte deles, em cursos de curta duração. Culau afirmou que o objetivo agora é rever as deficiências e usar os recursos de forma a atender também as necessidades do mercado.

De acordo com o MEC, existem hoje R\$ 550 milhões que já haviam sido previstos no programa de incentivo para qualificação profissional de jovens e adultos mas que, por diversas razões, ficaram bloqueados nos Estados. Uma das alternativas é de que, ao fazer a reavaliação dos trabalhos, Estados busquem parcerias com o sistema S e a rede federal e novos projetos sejam apresentados. Além da verba bloqueada, o secretário afirmou que, em 2020, deverão ser destinados R\$ 34 milhões para incentivar o ensino técnico e profissional.

O público alvo do programa apresentado nesta terça é formado por alunos que devem ingressar no ensino médio e população de cerca de 4,3 milhões de pessoas de 18 a 29 anos que não estudam e não trabalham. O programa prevê a criação de regras para que a rede privada de ensino superior possa ofertar cursos. O secretário do MEC afirmou que essa prerrogativa já havia sido prevista no passado, mas não foi regulamentada.

A ideia, agora é trazer regras claras, com critérios sobre o perfil das instituições de ensino que terão a possibilidade de participar do programa e exigências específicas para os cursos, para garantir a qualidade de ensino. O Novos Caminhos também inclui o reconhecimento de 11 mil diplomas de formação técnica concedido na rede privada desde 2016, nesse período em que a regulamentação não havia sido dada.

Além da expansão de vagas, o MEC quer que cursos sejam mais condizentes com a expectativa do mercado. A pasta vai colocar em consulta pública a atualização do catálogo dos cursos de educação profissional. A expectativa é de que até o próximo ano, o rol esteja atualizado. Uma das apostas é de cursos voltados para a telemedicina e que incentivem o empreendedorismo. "Não pode dar as costas ao mercado de trabalho e às demandas do setor produtivo", disse o secretário.

O programa lançado hoje tem como meta preparar 40 mil professores da rede pública até 2022 e 2 mil vagas para mestrado profissional em redes estaduais. O Novos Caminhos traz ainda um eixo para incentivar pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica. Editais serão lançados para grupos de alunos, professores e pesquisadores.

Ao anunciar o Novos Caminhos, Weintraub afirmou ser necessário acabar com preconceitos em relação a cursos técnicos. "Um curso técnico bom permite ao jovem ter renda superior a alguém formado em curso superior, que não tem foco na realidade."

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Aplicativo de mobilidade inDriver lança projeto que traz educação tecnológica para escolas públicas do Brasil

Projeto oferece educação na área de TI para crianças e jovens carentes.

O aplicativo inDriver anuncia o novo lançamento dos cursos de projetos internacionais BeginIT. Crianças de 12 países poderão fazer cursos gratuitos nas disciplinas de TI. Durante o projeto, crianças de casas de acolhimento e escolas públicas e rurais poderão estudar disciplinas de TI.

O Brasil é um dos países que está aberto a inscrições de escolas públicas (estaduais e federais) e casas de acolhimento para participação no projeto. O novo lançamento é destinado a alunos de escolas de ensino fundamental e médio de 12 a 16 anos. Sob a orientação de um professor-mentor, durante seis meses, os participantes do projeto realizarão o ensino à distância, em uma das melhores plataformas online do Code Combat.

O programa de treinamento inclui os conceitos básicos de programação, web design, desenvolvimento de jogos e animação. Os termos de participação no projeto são aulas de informática e acesso à Internet na organização educacional. De acordo com os resultados dos cursos, estudantes e escolas que obtiverem os melhores resultados receberão subsídios do inDriver para cursos adicionais e equipamentos técnicos de aulas de informática e clubes de programação.

"Crianças terão a oportunidade de descobrir o mundo das profissões de TI e dar os primeiros passos nele. Mesmo que os alunos escolham outra especialidade posteriormente, esses cursos lhes darão habilidades úteis e geralmente aumentarão o interesse em profissões intelectuais", disse Alexandra Kirillina, gerente de projetos e chefe do inDriver Charity Fund.

Este ano, o projeto será realizado em 12 países da América Latina, África, Europa e Ásia, incluindo Rússia, Brasil, México, Colômbia, África do Sul e Cazaquistão.

Para se candidatar à participação no projeto BeginIT, as organizações educacionais precisam preencher o formulário de inscrição.

Site oficial do projeto: www.beginit.org

Contato: beginit@indriver.com

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Como a Alemanha lida com o analfabetismo funcional

Mais de 6 milhões têm dificuldades de leitura e escrita no país. Tarefas simples se tornam desafios, e compromissos cotidianos são embaraçosos. Mas como combater a baixa alfabetização? Uma vida sem ler e escrever é inconcebível para a maioria dos seres humanos. No entanto, na Alemanha, a baixa alfabetização faz parte do cotidiano de 12% dos cidadãos entre 18 e 64 anos, segundo a conclusão de um estudo da Universidade de Hamburgo, apresentado em maio de 2019.

O LEO Studie ressalta que, entre os 6,2 milhões de pessoas estatisticamente registradas, também estão as que reconhecem letras, palavras e frases individuais, mas têm dificuldades em articular as orações entre si. O resultado é que não conseguem compreender, ou só com muita dificuldade, o sentido de um texto mais longo e

tampouco escrevem fluentemente.

Kerstin Goldenstein, de 60 anos e moradora de Trier, desenvolveu sua própria estratégia para lidar com as dificuldades na escrita: "Quando quero mandar um cartão de aniversário para alguém, escrevo meu texto num pedaço de papel e o coloco dentro do cartão. Se cometer um erro, posso jogá-lo fora e começar de novo", explicou à DW.

Dois ou três anos atrás, ela não era capaz de falar sobre isso. "Foi um longo caminho, tanto para lidar com o assunto mais abertamente, quanto para aprender a escrever direito." A vergonha sentida quem possui déficit de leitura e escrita é enorme, revela. Apesar de suas dificuldades, Goldenstein considera uma sorte ser capaz de ler um livro em ritmo lento.

Algumas editoras se especializaram em publicar literatura mundial e best-sellers em linguagem simples. Por exemplo, o best-seller Tschick, de Wolfgang Herrndorf, sobre dois amigos de 14 anos que fazem uma longa viagem de carro juntos, foi lançado em alemão simplificado.

Goldenstein completou o ensino médio, fez um curso de capacitação profissional, trabalhou primeiro num açougue e, por fim, numa loja de departamentos, num total de 37 anos. Ela agora está aposentada.

Mas como, num país desenvolvido como a Alemanha, onde rege a obrigatoriedade escolar, pode haver crianças que se formam na escola sem poder ler e escrever em nível mais elevado? "Minha professora realmente não percebeu minhas dificuldades", recorda Goldenstein seus dias de escola num vilarejo no Mar do Norte.

Em sua infância e adolescência, nas décadas de 60 e 70, pais e professores não estavam particularmente preocupados com crianças com dificuldades de leitura e escrita, explica. Ela conseguiu se formar porque era muito boa nos exames orais, e assim compensou seus erros ortográficos na nota final.

Analfabetos funcionais se ajudam

Apenas alguns anos atrás, quando percebeu que os problemas de alfabetização afetavam seu bem-estar geral, Kerstin Goldenstein procurou ajuda, inscrevendo-se num curso de alemão da Volkshochschule, instituição pública de ensino para adultos. "Nunca vou escrever bem, mas fiz muito progresso, e agora posso fazer o que nunca julguei ser possível: escrever contos", diz, com orgulho.

Ela e outros analfabetos funcionais fundaram um coletivo de escritores. Além de portavoz da organização, ela é também uma espécie de "embaixadora do aprendizado" da Federação de Alfabetização e Educação Básica (Alfa), com sede em Münster. A associação informa sobre cursos de alfabetização em todo o país e oferece uma linha direta telefônica anônima para quem procure aconselhamento.

"Dos 6,2 milhões consideradas analfabetos funcionais ou de baixa alfabetização em todo o país, apenas cerca de 30 mil por ano participam de aulas de alfabetização", explica o diretor de projetos da Alfa, Tim Henning. "Temos apenas cerca de 100 embaixadores do aprendizado em todo o país, mas eles são importantes motivadores, e gente com que os demais portadores de problemas de alfabetização podem se

identificar."

Segundo Henning, as causas do analfabetismo funcional são múltiplas. "Identificamos alguns fatores-chave, como o contexto social. Se os pais não têm interesse em educação, fica mais difícil para a criança." Outro fator importante é o sistema escolar: "Se as crianças não aprendem adequadamente a ler e escrever no ensino fundamental, raramente conseguem compensar no médio."

Outras causas podem ser dislexia ou distúrbio de déficit de atenção. Também a morte de um dos genitores ou o seu divórcio podem atrapalhar o aprendizado dos filhos, que se sentem isolados e não têm necessariamente como expressar suas necessidades.

Grande desvantagem na vida cotidiana

Embora o resultado do LEO Studie mais recente seja melhor do que em 2010, suas constatações seguem alarmantes. As capacidades e limitações dos pouco alfabetizados são muito variadas. Alguns, como Goldenstein, conseguem ler livros e apreciar a leitura. Outros não saem do bairro por não conseguirem ler placas de trânsito nem os itinerários do transporte público. Tirar carteira de motorista? Impossível, por causa da prova escrita.

Há quem não consiga ler manuais de instrução de aparelhos, pagar contas online, comunicar-se por e-mail ou preencher a declaração do imposto de renda. Decodificar uma bula de remédio é outro grande desafio.

"Muitas vezes os médicos e farmacêuticos dão instruções verbais de como tomar o medicamento", explica Henning. "É também uma de nossas áreas de colaboração. Trabalhamos com médicos e pedimos que eles passem informações sobre alfabetização e nossos números de telefone para os pacientes afetados, já que confiam neles."

O estudo sobre a baixa alfabetização indica, ainda, que mais de 52% dos afetados têm o alemão como língua nativa, enquanto 47% têm origem estrangeira e aprenderam outro idioma primeiro. Entre estes, 80% são fluentes em leitura e escrita em suas línguas maternas.

Dois terços dos que têm dificuldades de leitura e escrita estão no mercado de trabalho, o que aumenta sua autoestima, "mas os empregos em geral incluem ocupações inferiores, como construção ou limpeza", aponta Henning. No entanto, como enfatizam os especialistas, o analfabetismo funcional não tem qualquer relação com falta de inteligência.

Crises como estopim para mudanças

A dificuldade de leitura e escrita é determinada por fatores para além da influência dos indivíduos, como é o caso de Christian Schröter, de 52 anos, também um "embaixador do aprendizado". Ele cresceu na antiga Alemanha Oriental em meio a turbulentas relações familiares, tinha dificuldades na escola e deixou os estudos na 10ª série, sem certificado de conclusão. Depois, manteve-se graças a empregos ocasionais, chegou a fazer trabalhos de carpintaria, mas abriu mão de um aperfeiçoamento profissional.

"Nos dias em que eu tinha que escrever um exame, ficava repentinamente doente", recorda. Somente décadas após ter deixado a escola, descobriu que sofria de dislexia. Por 20 anos a esposa assumiu por ele tarefas cotidianas como ler cartas ou preencher formulários. Até que ela adoeceu.

Schröter se viu confrontado com uma ordem judicial que não sabia ler – e foi forçado a abrir o jogo para o juiz. Pouco mais tarde passou a frequentar um curso de alemão e conseguiu aumentar sua capacidade de leitura de 45% para 75%.

Muitas vezes é uma crise que leva as pessoas a mudarem a situação, explica Henning: "Uma mulher ligou para a nossa linha direta, chorando. Ela tinha um bebê e estava desesperada por não poder ler histórias para ele. Ela olhava as imagens e inventava histórias." Através da associação, matriculou-se em cursos de alfabetização.

Schröter também está fascinado com suas novas habilidades, que "fortaleceram minha autoconfiança e melhoraram minha qualidade de vida". E Goldenstein enfatiza: "É preciso se entender que as pessoas não saberem ler e escreverem direito é um grande problema para a sociedade. Isso é também um assunto político."

ACORDA CIDADE - TEMPO REAL

Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo São dez bolsas no total e as inscrições se encerram em 1º de novembro.

Você quer fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de Ciências Biomédicas, em uma das melhores universidades do mundo? Se a resposta é sim, a hora tentar uma vaga é agora. Isso porque a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fez uma parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos. São dez bolsas no total e as inscrições se encerram em 1º de novembro.

Segundo o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, a ideia da iniciativa é proporcionar maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. "Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes", destacou. "A **Capes** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde", listou.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capes**.

Programa – A parceria entre **Capes** e Yale pretende fomentar uma transformação de longo prazo na qualidade da ciência – produzida no Brasil e por brasileiros – no mais alto nível de competitividade internacional e tem como objetivo formar futuros líderes acadêmicos, para a pesquisa no Brasil e no mundo, nas áreas relacionadas.

topo ↕

DIGA BAHIA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Inseticida natural desenvolvido na Bahia promete eficácia contra o aedes aegypti

Há tempos que a luta contra o mosquito Aedes Aegypti, transmissor da dengue, zika e outras doenças, perpetua em todo o cenário estadual e nacional. Preocupada com o aumento de 667% no número de casos de dengue, entre janeiro e agosto deste ano, uma cientista baiana buscou formas de combater as larvas do mosquito. Em seus estudos, foi

desenvolvido um novo tipo de inseticida, feito a partir uma planta conhecida como Nim.

O objetivo principal é intensificar a luta contra as doenças transmitidas pelos mosquitos que acometem principalmente as regiões mais pobres da Bahia e que, muitas vezes, não podem pagar pelo inseticida devido ao custo. Segundo a criadora do novo “bioinseticida”, Layse Lima, concluinte do mestrado em ecologia e evolução da Universidade Estadual de Feira de Santana (Uefs), para o desenvolvimento deste produto, bastou triturar 400 gramas da semente e acrescentar um litro de água.

“Dessa forma, qualquer um pode ter um bioinseticida em casa, de forma prática e barata. Outras partes desta mesma planta já são utilizadas com o mesmo viés, mas a partir da criação de um óleo, do qual é necessário um processo mais longo e que custa mais caro”, explica Layse.

A pesquisadora conta que a inspiração para o trabalho veio das visitas domiciliares que realizava pelo Centro de Controle de Zoonoses de Santo Amaro, onde a maioria dos moradores acumulava água que gerava focos de pragas dos mosquitos. “A situação é mais complicada do que parece. Nessa região, não basta somente remover os acúmulos de água, pois realmente há a necessidade de mantê-los em determinados reservatórios, visto que o local não possui abastecimento diário”, alerta.

Segundo a pesquisadora, o produto já foi testado e teve uma eficácia de 76,6% de morte de larvas após a exposição ao extrato das sementes. Além da eficácia e da praticidade, o produto tem outro adicional que é o fato de não ser tóxico. “A princípio, a quantidade utilizada em formulados para eliminar as larvas de mosquito não é tóxica para nenhum mamífero, mas estamos aprimorando os estudos para nos certificar da quantidade adequada para que a substância continue sendo inofensiva aos humanos”, afirma.

O projeto recebeu apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e foi desenvolvido em parceria com o professor Gilberto Mendonça, também da Uefs.

topo 

FOLHA DO ESTADO DA BAHIA - GERAL

Capes oferece 10 bolsas de doutorado em Yale, nos EUA

As inscrições se encerram em 1º de novembro

Você quer fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de , em uma das melhores universidades do mundo? Se a resposta é sim, a hora tentar uma vaga é agora. Isso porque a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fez uma parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos. São dez bolsas no total e as inscrições se encerram em 1º de novembro.

Segundo o presidente da **Capes, Anderson Correia**, a ideia da iniciativa é proporcionar maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, destacou. “A **Capes** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde”, listou.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado

ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capes**.

Programa – A parceria entre **Capes** e Yale pretende fomentar uma transformação de longo prazo na qualidade da ciência – produzida no Brasil e por brasileiros – no mais alto nível de competitividade internacional e tem como objetivo formar futuros líderes acadêmicos, para a pesquisa no Brasil e no mundo, nas áreas relacionadas.

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Capes oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo
Você quer fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de Ciências Biomédicas, em uma das melhores universidades do mundo? Se a resposta é sim, a hora tentar uma vaga é agora. Isso porque a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fez uma parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos. São dez bolsas no total e as inscrições se encerram em 1º de novembro.

Segundo o presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, a ideia da iniciativa é proporcionar maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, destacou. “A **Capes** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde”, listou.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capes**.

Programa – A parceria entre **Capes** e Yale pretende fomentar uma transformação de longo prazo na qualidade da ciência – produzida no Brasil e por brasileiros – no mais alto nível de competitividade internacional e tem como objetivo formar futuros líderes acadêmicos, para a pesquisa no Brasil e no mundo, nas áreas relacionadas.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capes**

topo ↕

O IMPARCIAL - MA - TEMPO REAL

Somente UFMA fica entre as 100 melhores universidades do país
Universidade Federal do Maranhão ocupa 51º lugar no ranking, sendo única Instituição de Ensino Superior do Maranhão que está entre as melhores universidades do Brasil

Dentre as 197 universidades pesquisadas pelo Ranking das Universidades da Folha (RUF) divulgado na segunda-feira (7), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) ficou no 51º lugar.

Uniceuma e Uema (Universidade Estadual do Maranhão) aparecem em 153º e 157º lugar, respectivamente.

Em comparação com o ranking de 2018, a UFMA subiu 7 pontos no ranking neste ano de 2019, enquanto que Uniceuma subiu 3 pontos e Uema 4. Dentre as melhores universidades do Nordeste, a UFMA aparece em 9º no ranking. A primeira da região é

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que ocupa ainda a décima posição no ranking geral.

As universidades brasileiras que lideram o ranking são de São Paulo: USP e Unicamp. Ainda segundo o estudo, as melhores do país seguem concentradas nas regiões Sudeste e Sul.

O RUF (Ranking Universitário Folha) é uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela Folha desde 2012. No ranking de universidades estão classificadas as 196 universidades brasileiras, públicas e privadas, a partir de cinco indicadores: pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado.

Os dados que compõem os indicadores de avaliação do RUF são coletados pela Folha nas bases do Censo da Educação Superior do Inep-MEC, Enade, SciELO, Web of Science, Inpi, **Capes**, CNPq, fundações estaduais de fomento à ciência e em duas pesquisas anuais feitas pelo Datafolha.

Indicadores

Quanto aos indicadores pesquisa, internacionalização, inovação, ensino e mercado. A UFMA fica à frente da Uema e Uniceuma em três deles. Somente no quesito internacionalização, a Uniceuma fica à frente. Na questão Ensino, a UFMA fica em 65º, no ano passado ocupa a 73ª posição no ranking. Uniceuma está no 169º lugar e Uema, 174º. Em 2018, essas duas últimas instituições estava em 148º e 164º lugares, respectivamente, tendo portanto, caído no ranking.

No quesito Pesquisa, UFMA, Uniceuma e Uema ficaram com 58º, 151º e 153º lugares. No indicador Internacionalização, Uniceuma aparece pela primeira vez à frente das universidades públicas do estado, com o 81º lugar; UFMA e Uema vem em 89º e 180º lugares, respectivamente.

No fator mercado, UFMA aparece em 56º lugar, Uema e Uniceuma vem em seguida com 78º e 88º lugares no ranking.

Quando se fala em inovação, mais uma vez a UFMA está na frente no 54º lugar. Uniceuma vem no 121º lugar e Uema no 123º.

11 cursos da UFMA foram avaliados em 2019

Recentemente, a UFMA divulgou relatório da Procuradoria Institucional, em que do total de 11 cursos avaliados em 2019, a UFMA obteve, em uma escala de 1 a 5 nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), três notas máximas, sete notas 4, (ambas com padrão de excelência) e uma nota 3 que atesta a regularidade do curso. A avaliação considera três parâmetros para a atribuição da nota: a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura do curso. Na ocasião, a instituição recebe uma comissão externa de professores que vão acompanhar as três dimensões citadas, por meio do acesso a documentações do curso, reunião com professores e alunos e acompanhamento da estrutura.

A pró-reitora de Ensino, Dourivan Câmara, destacou que o resultado obtido é fruto de uma série de fatores e trabalhos que a Universidade tem desenvolvido ao longo dos anos. A reitora Nair Portela enfatizou que, apesar das dificuldades que a Universidade

vem enfrentando, a Instituição se tornou ainda mais relevante e reconhecida nos últimos 4 anos. “O capital humano, a força de trabalho dos docentes, técnicos e estudantes que constituem a UFMA é crucial para gerar uma educação qualificada. Uma Universidade forte no ensino, na pesquisa e na extensão só é possível por meio do planejamento estratégico, do engajamento de vários atores e do trabalho colaborativo, sempre focado na excelência dos resultados e na transformação social que a educação, por meio das graduações, pode produzir”.

Universidades maranhenses

- 51º Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
- 153º Universidade do Ceuma (Uniceuma)
- 157º Universidade Estadual do Maranhão (Uema)

As melhores universidades

- 1º USP Universidade de São Paulo
- 2º UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
- 3º UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 4º UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
- 5º UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- 6º UNESP Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
- 7º UFSC Universidade Federal de Santa Catarina
- 8º UFPR Universidade Federal do Paraná
- 9º UNB Universidade de Brasília
- 10º UFPE Universidade Federal de Pernambuco

As 10 melhores do Nordeste

- 1º Universidade Federal de Pernambuco (PE)
- 2º Universidade Federal do Ceará (CE)
- 3º Universidade Federal da Bahia (BA)
- 4º Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN)
- 5º Universidade Federal da Paraíba (PB)
- 6º Universidade Federal de Sergipe (SE)
- 7º Universidade Federal de Campina Grande (PB)
- 8º Universidade Federal de Alagoas (AL)
- 9º Universidade Federal do Maranhão (MA)
- 10º Universidade Federal do Piauí (PI)

topo 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Capex oferta bolsas de doutorado em uma das melhores universidades do mundo

Você quer fazer doutorado nos Estados Unidos, na área de Ciências Biomédicas, em uma das melhores universidades do mundo? Se a resposta é sim, a hora tentar uma vaga é agora. Isso porque a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), fez uma parceria com a universidade Yale, nos Estados Unidos. São dez bolsas no total e as inscrições se encerram em 1º de novembro.

Segundo o presidente da **Capex, Anderson Correia**, a ideia da iniciativa é proporcionar maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. “Reforçamos a área de cooperação entre países, com o objetivo de ampliar a inserção

internacional de nossos pesquisadores e viabilizar trabalhos em conjunto com os grupos estrangeiros mais relevantes”, destacou. “A **Capes** oferece aos interessados bolsa de US\$ 3 mil, passagens aéreas, auxílio instalação e seguro saúde”, listou.

As vagas de doutorado em Yale têm duração de até seis anos. A divulgação do resultado ocorre até 28 de fevereiro de 2020. O início das aulas está marcado para agosto de 2020. O edital completo pode ser acessado no portal da **Capes**.

Programa – A parceria entre **Capes** e Yale pretende fomentar uma transformação de longo prazo na qualidade da ciência – produzida no Brasil e por brasileiros – no mais alto nível de competitividade internacional e tem como objetivo formar futuros líderes acadêmicos, para a pesquisa no Brasil e no mundo, nas áreas relacionadas.

Assessoria de Comunicação Social, com informações da **Capes** - MEC (07.10.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Presidente fala sobre bolsas à Agência Brasil

Nesta segunda-feira, 7, **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, concedeu entrevista exclusiva à Agência Brasil.

Na ocasião, ele falou sobre a importância do papel da Coordenação para a melhoria da qualidade do ensino no País, por meio da avaliação de cursos e concessões de bolsas de pós-graduação, e da formação de professores da educação básica.

“A **CAPES** é a maior agência de fomento do País. Nós oferecemos mais de 200 mil bolsas, seja de pós-graduação ou da educação básica para a formação de professores. Temos um orçamento de R\$ 4 bilhões”, disse.

edição CCS/CAPES - 07.10.2019

topo ↕

SURGIU - TEMPO REAL

Em parceria com universidades, Esmat realizará o IX Congresso Internacional de Direitos Humanos em Portugal

A Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos Sociais, em Coimbra, sediarão nos dias 15 e 16 de outubro, respectivamente, o IX Congresso Internacional de Direitos Humanos, com o tema “Jurisdição e direitos humanos na perspectiva luso-brasileira”. A realização do evento é da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat) em parceria com as referidas instituições acadêmicas de Portugal.

O diretor-geral da Esmat, desembargador Marco Villas Boas, que estará acompanhado da diretora-executiva da escola, Ana Beatriz de Oliveira Pretto, fará o pronunciamento de abertura nos dois eventos, sendo que, em Lisboa, no dia 15, presidirá a mesa da Conferência Inaugural, com o tema “Direitos Humanos e educação para a cultura da paz”.

No mesmo dia, o juiz Wellington Magalhães, titular da Comarca de Cristalândia, ministrará palestra sobre o “Acesso à Justiça aos Povos Indígenas”. Entre outros temas, o Congresso, que terá a participação de professores doutores renomados do Brasil e de Portugal, discutirá o “Direito da Família e Direitos Humanos”, “Inteligência Artificial e

“Prestação Jurisdicional” e “Educação Judiciária e a Função Social do Poder Judiciário no Tocantins”.

Organizado pelo Mestrado em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos (PJDH), o Congresso tem ainda como parceiros realizadores o Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra, o Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, o **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Congresso em Palmas

O tradicional Congresso, realizado anualmente em Palmas, tem como foco levar o público acadêmico e a sociedade a refletirem sobre os Direitos Humanos, pensados como direitos básicos de todos – civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, difusos e coletivos. E a data do evento em 2019 já está marcada: vai acontecer entre os próximos dias 6 e 8 de novembro, na sede da Esmat, reunindo mais uma vez palestrantes do Brasil e do exterior, com a participação da comunidade acadêmica e da sociedade em geral.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Universidade estrangeira vira opção de ensino de qualidade, com preço menor
Antes de fazer as malas, é preciso pesquisar bastante para encontrar uma opção que seja realmente vantajosa

Vagas menos concorridas, modelos acadêmicos mais flexíveis e a possibilidade de conhecer outras culturas levam jovens brasileiros a sair do País para fazer faculdade. Em alguns casos, até mesmo os custos – da mensalidade e de vida – são atrativos no exterior. Mas, antes de fazer as malas, é preciso pesquisar bastante para encontrar uma opção que seja realmente vantajosa.

Portugal tem sido um dos principais destinos dos universitários brasileiros por causa do idioma, pelo preço relativamente baixo dos cursos (entre 3 mil e 7 mil euros ao ano) e pela facilidade do processo de admissão. Em 2014, um acordo permitiu que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) fosse adotado como critério de seleção e, depois disso, cerca de 40 universidades e outros institutos superiores já aceitam a nota da prova. No primeiro semestre deste ano, dados oficiais mostram que 13.295 brasileiros estavam inscritos em cursos superiores do país. Além desses, havia outros 3.282 estudantes com nacionalidade portuguesa que concluíram o ensino médio no estrangeiro – muitos deles brasileiros com dupla cidadania.

Depois de vários anos sonhando em fazer algum intercâmbio para ter uma experiência com outras culturas, Giovanna Sá, de 19 anos, conseguiu realizar o desejo: há um ano ela estuda Artes Visuais no Instituto Universitário de Maia (Ismái), no norte de Portugal. “Pensei em fazer cinema na USP (Universidade de São Paulo), mas não conseguiria passar no vestibular. A mensalidade de uma faculdade privada em São Paulo sairia mais do que o dobro do que eu pago aqui. E o custo de vida em São Paulo também seria maior do que em Maia”, conta ela, que é de Santos, no litoral paulista. “Por tudo isso, quando acabei o colégio, percebi que tinha chegado a hora de sair.”

Pela Europa. A mudança da casa dos pais para o outro lado do Atlântico não tem sido sempre fácil, mas Giovanna diz que foi a escolha certa. “Falo muito com minha mãe para matar a saudade e sempre lembro a mim mesma do porquê vim, do aprendizado

que viver em outra cultura proporciona”, afirma a estudante. Giovanna vai aproveitar o programa Erasmus, que permite intercâmbio entre instituições de ensino da Europa com o aproveitamento de todos os créditos, para fazer um semestre na Croácia.

Para o diretor-geral da unidade Pueri Domus Verbo Divino, Deivis Pothin, a vontade de sair do Brasil é natural porque o adolescente de hoje é “globalizado”. “Ele já é um cidadão global, conectado com o mundo, conhece youtuber de Cingapura, discute sobre o que está acontecendo em Barcelona”, diz. Pothin também defende que as boas escolas do País preparam para a faculdade tão bem quanto as internacionais. “Nossos alunos podem competir de igual para igual com alunos de qualquer outro país do mundo.”

Embora estudar no exterior tenha vantagens, não é a melhor opção para todo mundo. “Tem de pensar se realmente vale a pena, por exemplo, fazer Publicidade em Portugal, sendo que o Brasil é um país premiado na área, com ótimas faculdades. Em carreiras que exigem validação de diploma, é ainda mais complicado. Quem faz Medicina, para atuar no Brasil, precisa fazer o Revalida (exame para validar o diploma), o que nem de longe é simples”, alerta Daniel Perry, coordenador do cursinho pré-vestibular Anglo. “Mas se o projeto é mesmo mudar de país, aí vale a pena em qualquer curso.”

Ao lado. Ainda que exista o desafio da validação do diploma, muito brasileiros decidem cursar Medicina na Argentina por não haver vestibular, nem mensalidade nas instituições públicas, como a Universidade de Buenos Aires. As únicas exigências são o certificado de ensino médio e uma prova de espanhol. O governo argentino não divulga o número de brasileiros matriculados nas faculdades locais, mas quem trabalha com o setor garante que o número vem crescendo.

Thaís Fuertes, da assessoria Universitários Buenos Aires, conta que a saudade é a maior dificuldade dos jovens. “Quase sempre é a primeira vez em que estão saindo da casa dos pais e já vêm para uma cultura diferente, um clima mais frio. Quando têm a primeira reprovação, alguns desanimam, acham que não está valendo tanto esforço”, relata Thaís. Apesar dos desafios, ela garante que a maioria conclui o curso e, em geral, fica pela Argentina ou se muda para a Espanha, que aceita o diploma argentino. Nos Estados Unidos, fluência no inglês e seleção desafiam

Ter portas – e vagas – abertas a estudantes estrangeiros é uma prática comum também em grandes universidades dos Estados Unidos. Em Yale, por exemplo, uma das mais bem conceituadas, os alunos de outros países são 22% do total do corpo discente. O processo de seleção e o domínio do inglês, contudo, costumam ser entraves para se matricular em uma delas, explica Natalia Nomura, diretora de Admissões da EF Academy. “Sair do País é uma decisão difícil, mas vemos que muita gente nem tenta por falta de informação mesmo.”

João Pedro Pinto, de 22 anos, que acabou de se formar em Relações Públicas na Universidade do Sul da Flórida, conseguiu certa facilidade para o ingresso universitário porque, junto com o ensino médio brasileiro, sua escola, o Pueri Domus Verbo Divino, ofereceu o programa International Baccalaureate (IB), reconhecido por universidades de 140 países do mundo. Para ele, o principal atrativo foi o modelo diferente do ensino superior. “Não sabia o que queria fazer de faculdade, cheguei a prestar Direito mais porque meus pais são formados em Direito. Então comecei a procurar outras saídas”, conta. Nos Estados Unidos, as faculdades costumam oferecer um ciclo básico de

disciplinas e, só mais tarde, o estudante decide no que vai se graduar.

A decisão de sair do País, a princípio, assustou a família. “Quando falei em estudar fora, minha mãe entrou em pânico. Mas ela e meu pai viram como eu poderia ficar feliz e me apoiarem”, diz. Já nos Estados Unidos, para ajudar na adaptação, ele se envolveu nas atividades universitárias. “Eles fazem uma semana de orientação em que você conhece todo mundo que está chegando de fora. No primeiro ano, morei no câmpus. E trabalhei em duas instituições ligadas à universidade”, conta ele, que está empregado em uma dessas instituições até hoje.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Enem funciona como acesso ou atalho para universidades públicas em todo o País
Exame ganhou muita importância na última década – em alguns casos, chegou até mesmo a substituir vestibulares extremamente tradicionais**

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ganhou muita importância na última década – em alguns casos, chegou até mesmo a substituir vestibulares extremamente tradicionais. Hoje, as seis grandes universidades públicas do Estado de São Paulo adotam, de diferentes formas, as notas do exame como forma de ingresso por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação (MEC). Por isso, é importante estar atento ao calendário de provas do Enem e também conhecer as regras específicas de ingresso para cada uma das instituições para saber como se candidatar corretamente a uma vaga.

Gratuito e aberto duas vezes ao ano, o Sisu é um programa que considera as notas do Enem para selecionar candidatos para estudarem em instituições públicas (federais e estaduais). Uma das últimas universidades a adotar a seleção também via Sisu, a Universidade de São Paulo (USP) oferece 2.830 das suas 11.260 vagas em 2020 para quem pretende usar as notas do Enem.

Estudante do cursinho Etapa, Lucas Rodrigues de Aguiar, de 21 anos, tem um objetivo: ser aprovado no curso de Medicina da USP. “Eu decidi isso no 2.º ano do ensino médio, e a partir daí a minha rotina mudou bastante”, conta o aluno, que dedica em média 10 a 12 horas por dia à rotina de estudos.

Ele já fez o Enem em anos anteriores e agora se prepara para fazer a prova novamente. “Quando a nota do Enem passou a contar para universidades públicas, o exame ganhou bastante importância para mim”, conta. Além de fazer as provas da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), ele também poderá tentar entrar na USP usando as notas do exame do MEC. “O Sisu ajuda muito a conquistar uma vaga, principalmente em um curso concorrido como Medicina, mesmo que seja em outras instituições”, afirma.

Adoção integral. Duas instituições públicas paulistas adotaram integralmente o Sisu como forma de seleção: a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal do ABC (UFABC). Na UFSCar, o desempenho no Enem é o único fator levado em consideração como forma de ingresso desde 2011. Desse modo, os candidatos são selecionados uma vez por ano, no primeiro semestre, por meio do Sisu.

O estudante que deseja concorrer às vagas da instituição deve realizar as provas do

Enem e aguardar a divulgação das notas. Em janeiro, o MEC abre as inscrições para os alunos se candidatarem a vagas nas instituições públicas por meio do Sisu. Ainda assim, é importante estar atento ao regulamento interno da UFSCar, que publica um edital para ingresso nos cursos de graduação na primeira semana de janeiro. Para 2020, a universidade vai ofertar 2.897 vagas em 65 cursos, em seus quatro câmpus.

A UFABC também segue o calendário e as regras do Sisu. Quando as inscrições são abertas, os estudantes devem escolher uma das opções de cursos interdisciplinares: o Bacharelado em Ciência e Tecnologia ou o Bacharelado em Ciências e Humanidades.

Sistemas mistos. A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por sua vez, adotaram sistemas mistos, com parte das vagas reservadas a ingresso por meio do Sisu.

Na Unesp, o desempenho do Enem pode entrar com a nota do vestibular da instituição para compor o resultado final do candidato. Por isso, quem deseja usar a nota do Enem na Unesp deve indicar que realizou o exame na ficha de inscrição do vestibular tradicional. A partir daí, a nota final é calculada com uma fórmula que combina o resultado do aluno na prova de conhecimentos gerais da instituição com o Enem.

Existem dois sistemas de ingresso na Unifesp: o misto – que exige realização do Enem e das provas próprias da instituição (para Ciências Biológicas, Engenharia Química e Medicina) – e a seleção via Sisu. Há ainda o Vestibular EAD para curso a distância.

Já a Unicamp oferece aos estudantes duas formas de seleção: via vestibular tradicional, que encerrou inscrições em setembro, ou ingresso direto usando a nota do Enem. Mas atenção: no segundo caso, além de se candidatar via Sisu, o aluno tem também de se inscrever na página da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest), no período de 21 de outubro a 21 de novembro.

O estudante André Machado está de olho em uma das vagas da instituição estadual em Campinas. “Vou tentar várias faculdades públicas, até fora de São Paulo, como a Unicamp”, diz o aluno do Colégio CPV. Ainda muito novo, com apenas 16 anos, ele segue em dúvida sobre o curso que pretende seguir no ensino superior. “Na minha sala, muita gente mais velha do que eu ainda não sabe o que fazer. Acho que isso é normal. Nesta fase é tudo muito cobrado, mas é difícil pensar assim tão jovem no que você quer ser para o restante da vida.” Por isso, ele se inscreveu para concorrer a vagas em três graduações bem diferentes. “Eu vou prestar para Ciências Sociais, Artes Cênicas e Relações Internacionais”, conta o estudante.

Em todo o País. Mais de cem universidades espalhadas pelo Brasil oferecem vagas pelo Sisu. Algumas instituições possuem notas mínimas para determinados cursos. A exigência principal, porém, é que o estudante não pode zerar a nota de redação do Enem. No primeiro semestre de 2019, foram ofertadas 235.461 vagas em 6.435 cursos de 129 instituições públicas. Já no segundo semestre foram 59.028 vagas em 1.731 cursos de 76 instituições.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Cursos de Humanas ajudam a enfrentar desafios da sociedade

Contemporaneidade traz uma série de desafios para a sociedade e, consequentemente, para os profissionais que lidam diretamente com ela

A contemporaneidade traz uma série de desafios para a sociedade e, consequentemente, para os profissionais que lidam diretamente com ela. Por isso, cursos de Humanas buscam dar aos alunos uma formação sólida, interdisciplinar e conectada à realidade.

Coordenador de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Vitor Andrade diz que a procura pelo curso cresceu nos últimos anos. “Percebemos que os alunos querem entender um pouco mais a sociedade, os modelos de governança, e nos parece que o curso de Direito tem seguido esse caminho.” A área atrai perfis variados. “Temos alunos com inclinação para atividade pública, empresarial, advocacia de escritório, com posicionamentos políticos mais ou menos fortes, com veia econômica ou que querem trabalhar com o terceiro setor. Em comum, são interessados em promover mudança relevante para o País a partir do conhecimento.”

O curso de Arquitetura da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) também investe na conexão entre teoria e realidade. Desde o primeiro ano, os alunos têm experiências na cidade, desenvolvendo projetos para áreas como a Praça do Arco, na Consolação, e o Minhocão, em Santa Cecília. “Estudos apontam que os grandes centros são cada vez mais tendência”, afirma o coordenador do curso, Marcos Costa. “Explorar a cidade de São Paulo é uma oportunidade única para se aprender arquitetura.” O professor destaca ainda a importância da interdisciplinaridade. “O arquiteto vai interagir com diversos atores, como engenheiros, políticos e empresas”, diz. “É fundamental que tenha conhecimento de outras áreas e senso crítico.”

O coordenador do curso de Administração do Insper, Guilherme Martins, concorda sobre a importância de se trabalhar com os problemas da sociedade. “No primeiro semestre, todos os cursos juntos, Engenharia, Administração e Economia, recebem um tema de trabalho, como por exemplo ‘vendedores ambulantes’. Aí, precisam aprender a identificar o problema, por que ele existe e como pode ser solucionado.” Segundo o professor, a área de métricas está em alta em gestão, mas os dados não falam por si. “O administrador precisa interpretar, entender e cruzar informações.”

“Relações Internacionais é o curso tradicional para quem gosta de História e Geografia. Eu sempre tive o objetivo de trabalhar com alguma coisa relacionada à cooperação entre os países, sempre fui interessado em lidar com problemas que atingem não só uma nação, mas um conjunto, como o crime organizado, a questão ambiental e doenças como o ebola, que não respeitam fronteiras. Escolhi Relações Internacionais porque foi o curso que chegava mais perto desse meu objetivo e também pela oportunidade de trabalhar tanto no setor privado quanto no público, assim como em ONGs e organismos internacionais.

Muita gente acaba escolhendo RI porque não sabe muito o que fazer, mas não foi o meu caso. Sempre tive noção de quais eram as instituições mais tradicionais na área. Quando soube que a FGV ia abrir o curso, fiquei interessado. É uma instituição que já tem nome, qualidade e grande produção de pesquisas.

Tenho boas expectativas para o mercado de trabalho porque no curso aprendemos não só conteúdos, que são importantes, mas também habilidades. Temos uma matéria chamada Oficinas Profissionais, em que aprendemos como escrever, como usar o Excel,

como apresentar um discurso, muitas habilidades que faltam no mercado de trabalho hoje.”

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro deve lançar hoje programa nos moldes do Pronatec, de Dilma

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, deve lançar hoje um programa nos moldes do Pronatec, da ex-presidente Dilma Rousseff. O programa dava recursos para as universidades privadas para que elas oferecessem cursos técnicos para alunos de escola pública.

Lançado com pompa em 2011, com milhões de vagas, o programa acabou minguando depois de críticas à qualidade dos cursos, falta de controle e suposto desperdício de dinheiro. Durante a campanha, Jair Bolsonaro fazia críticas ao Pronatec e, no início do governo, o Ministério da Educação (MEC) chegou a anunciar a Lava Jato da Educação que buscava mostrar desvios no programa.

Em coletiva na manhã desta terça, o ministro de Bolsonaro deve agora lançar o programa chamado de Novos Caminhos, também fazendo parcerias com universidades e faculdades privadas. O Pronatec oferecia ainda bolsas por meio do Sistema S, algo que o governo federal também estuda.

Fontes ouvidas pelo Estado dizem que o lobby das instituições particulares é forte no MEC. Weintraub vem acenando para as universidades privadas, que ganharam muito dinheiro durante o Pronatec, de Dilma, e não gostaram do fim do programa em 2016. O governo Temer transformou o Pronatec em algo menor.

Na semana passada, ele declarou que o Enade deveria punir o aluno que não se sai bem na prova, algo defendido pelo grupo há anos, já que a nota serve apenas para avaliar a instituição. O ministério também chegou a mencionar, sem detalhes, que pretendia aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática, para alunos do ensino médio.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

MEC lança programa Novos Caminhos para o ensino técnico

Meta do governo é criar 1,5 milhão de vagas até 2023. Ensino técnico no Brasil foi jogado às traças e estamos propondo novo caminho, diz ministro

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Culau, concederam entrevista coletiva na manhã desta terça-feira (8/10). Em pauta, a apresentação do Programa Novos Caminhos, voltado para a educação profissional e tecnológica. A meta é elevar em 80% o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional até o final de 2023,

pulando de 1,9 milhão, a marca atual, para 3,4 milhões. "São 1,5 milhão de vagas a mais para o ensino técnico. Não é pouca coisa. Estamos falando em quase dobrar, em quatro anos, o que temos hoje", disse o ministro.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), a repactuação de R\$ 550 milhões do programa Bolsa Formação, com recursos parados nas contas dos estados e do Distrito Federal, garantirá a aplicação do programa, que inclui metas como a preparação de 40 mil docentes e criação de mais de 100 mil vagas para a qualificação profissional de

jovens e adultos.

Preconceito

O Novos Caminhos fala em mais renda, emprego e capacitação, a partir de ações como a regulação da oferta de cursos técnicos e formação de professores. Segundo Weintraub, há dificuldade das empresas na contratação de bons profissionais com formação técnica. O preconceito com a atividade, segundo ele, seria um fator depreciativo. "Aqui a gente não está falando do ensino técnico antigo, mas de novos rumos. O preconceito se estende ao ensino. A gente vê que o ensino técnico no Brasil foi abandonado às traças, em números absolutos. Não tem glamour e não tem prestígio", disse. "Nosso grande objetivo é que jovens e adultos tenham educação de qualidade, com tecnologia e alinhamento ao setor produtivo", acrescentou Ariosto Culau.

O ministro afirmou que "um mestre artesão europeu tem tanto valor quanto um engenheiro e, em muitos casos, ganha mais", ressaltando que metade dos jovens daquele continente estão ou estiveram na educação profissional. Ele estabeleceu comparação de dados do Brasil com Europa e Chile, onde há, respectivamente, 50% e 30% de jovens sendo capacitados por meio do ensino técnico, enquanto aqui, o número chega a 8%. Em cenário mais amplo, a educação profissional é realidade para 38% da população em Portugal, 44,2% na França, 55% na Finlândia e 63% no Reino Unido. No Brasil, apenas 8%.

Provocações

Ainda sobre este tópico, ele não desperdiçou a chance de alfinetar a oposição. "É preconceito dizer que o ensino técnico nunca vai nos tirar do 'terceiro mundo', para usar um jargão de esquerda." Ele garante que este não é um programa apoiado no que já foi feito em termos de educação profissional nos governos anteriores. "Daqui a pouco, vão dizer isso aí já foi feito no Pronatec. Se pudessem dizer que é possível estocar o vento, como fez certa presidente, diriam", provocou ele, referindo-se ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo governo federal em 2011, e falas da ex-presidente Dilma Rousseff.

Criação de vagas

Para a docência, a meta do governo é preparar 40 mil professores da rede pública até 2022, com aulas sobre atualização tecnológica e técnicas pedagógicas voltadas para empreendedorismo, orientação profissional e vocacional. Serão abertas mais de 21 mil vagas para formação de professores de ciência e matemática, segundo o governo. "Esse tipo de ensino pode trazer um ingresso mais rápido no mercado de trabalho", disse Weintraub. O MEC promete também 2 mil vagas de mestrado profissional em redes estaduais, meta a ser articulada com as unidades.

A meta é elevar 80% o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional até o final de 2023. O público alvo são estudantes do ensino médio ou jovens entre 15 e 29 anos, que não trabalham, nem estudam. O programa é dividido em três eixos: gestão e resultado, articulação e fortalecimento e inovação e empreendedorismo.

*Estagiária sob supervisão de Jairo Macedo

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRR abre inscrições para mestrado em Sociedade e Fronteira

Interessados podem se inscrever até o dia 24 de outubro; veja edital.

A Universidade Federal de Roraima (UFRR) está com inscrições abertas para o mestrado do programa de pós-graduação em Sociedade e Fronteiras para o ano de 2020. São 12 vagas e a taxa custa R\$ 150.

Os interessados devem efetuar as inscrições na Coordenação do Programa de Pós-graduação (PPGSOF), no Centro de Ciências Humanas da UFRR, campus Paricarana, no horário de 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta-feira, ou via Sedex conforme as especificações do edital.

O processo de seleção será composto por três etapas, sendo a primeira eliminatória, de inscrição e homologação, seguido de prova escrita e avaliação do projeto de pesquisa, análise do currículo lattes e prova de proficiência em língua estrangeira. O resultado final sai em 17 de março.

O mestrado tem duração de dois anos e uma área de concentração principal que é "Sociedade e Fronteiras na Amazônia" e duas linhas de pesquisa: Sociedade e Política e Fronteiras e Processos Socioculturais.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo anuncia escolas que receberão modelo cívico-militar em Caxias do Sul e Alvorada

Escola Estadual de Ensino Médio Carlos Drummond de Andrade, de Alvorada, e Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zattera, de Caxias do Sul, passam a adotar o novo modelo em 2020.

Após consulta popular com as comunidades, o governo do Rio Grande do Sul anunciou o nome de duas escolas que vão a adotar o modelo cívico-militar no estado. São a Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zattera, de Caxias do Sul, na Serra, e a Escola Estadual de Ensino Médio Carlos Drummond de Andrade, de Alvorada, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

As duas instituições, segundo a Secretaria Estadual de Educação, darão início ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares do Ministério da Educação (MEC) em 2020 e devem ser as únicas da rede estadual de ensino a adotar o novo modelo. Ambas as escolas selecionadas têm cerca de 700 alunos.

Como critérios, o governo federal exige que as instituições escolhidas pelos estados tenham de 500 a mil alunos, e contemplem estudantes do 6º ao 9º anos do ensino fundamental e ensino médio. A previsão de investimento é de cerca de R\$ 1 milhão por escola.

Segundo o secretário da Educação, Faisal Karam, a proposta deve trazer impactos positivos para as comunidades onde estão inseridas.

“Acreditamos em uma grande melhoria em questões como segurança, relacionamento e disciplina. Queremos que as escolas cívico-militares proponham uma renovação no ambiente escolar e seu entorno, com pais, alunos e equipes se sentindo mais seguros e valorizados”, afirma.

O deputado tenente-coronel Zucco, Autor do projeto de lei que trata do assunto no

estado, disse que a proposta ressalta o resgate de valores.

“Este modelo é da sala de aula para fora, trabalhando princípios, patriotismo e civismo, estimulando o respeito ao professor, funcionários e colegas. Tivemos a oportunidade de conhecer o que ocorre em Goiás com mais de 60 escolas com altos índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica”, explica.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Governo planeja lançar programa nos moldes do Pronatec, de Dilma

A iniciativa dava recursos para as universidades privadas para que elas oferecessem cursos técnicos a alunos de escola pública

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, deve lançar nesta terça-feira (08/10/2019) um programa nos moldes do Pronatec, da ex-presidente Dilma Rousseff. O programa dava recursos para as universidades privadas para que elas oferecessem cursos técnicos a alunos de escola pública.

Lançado com pompa em 2011, com milhões de vagas, o programa acabou minguando depois de críticas à qualidade dos cursos, falta de controle e suposto desperdício de dinheiro. Durante a campanha, Jair Bolsonaro (PSL) fazia críticas ao Pronatec e, no início do governo, o Ministério da Educação (MEC) chegou a anunciar a Lava Jato da Educação que buscava mostrar desvios no programa.

Em coletiva na manhã desta terça, o ministro de Bolsonaro deve agora lançar o programa chamado de Novos Caminhos, também fazendo parcerias com universidades e faculdades privadas. O Pronatec oferecia ainda bolsas por meio do Sistema S, algo que o governo federal também estuda.

Fontes ouvidas pelo Estado dizem que o lobby das instituições particulares é forte no MEC. Weintraub vem acenando para as universidades privadas, que ganharam muito dinheiro durante o Pronatec, de Dilma, e não gostaram do fim do programa em 2016. O governo Temer transformou o Pronatec em algo menor.

Na semana passada, o ministro declarou que o Enade deveria punir o aluno que não se sai bem na prova, algo defendido pelo grupo há anos, uma vez que a nota serve apenas para avaliar a instituição. O ministério também chegou a mencionar, sem detalhes, que pretendia aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática, para alunos do ensino médio.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Weintraub leva bolo de líderes do centrão em reunião no MEC

Ministro chamou três deputados para falar de temas do Fundeb e do Future-se

Na semana passada, Abraham Weintraub resolveu chamar, na mesma hora, os líderes Arthur Lira (PP-AL), Wellington Roberto (PL-PB) e André de Paula (PSD-PE) para uma reunião no MEC sobre assuntos relacionados ao Fundeb e ao Future-se, o novo programa pelo qual o ministro pretende entregar as universidades federais aos tubarões do setor imobiliário.

Deputado dando as costas para chamado de ministro é novidade na Esplanada, mas aconteceu. Weintraub é considerado um latifúndio tão improdutivo, diz um integrante do centrão, que nem os líderes acostumados a barganhar interesses no governo quiseram

aparecer.

Em tempo, logo, logo Weintraub precisará de votos no Congresso para passar algumas das ideias mirabolantes de sua gestão.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

USP abre inscrição para mestrado profissional em sustentabilidade

Programa também é voltado para saúde e ambiente. Os interessados devem acessar o site, preencher os dados e pagar uma taxa de R\$ 200

O Programa de Pós-Graduação Ambiente, Saúde e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP (Universidade de São Paulo) está com inscrições abertas até 14 de outubro de 2019 para o curso de mestrado profissional.

São oferecidas duas linhas de pesquisa: “Gestão ambiental e sustentabilidade urbana” e “Gestão de sistemas urbanos e inovação tecnológica na perspectiva da sustentabilidade”.

O objetivo do programa é a formação profissional *stricto sensu* com ênfase no pensamento crítico, na produção do conhecimento aplicado, no aprimoramento de tecnologias e inovações e nos processos de gestão e intervenção voltados às áreas de Ambiente, Saúde e Sustentabilidade.

Para se inscrever, o candidato deve acessar o site da FSP-USP, preencher os dados pessoais, inserir (em formato PDF) currículo Lattes e carta de interesse e pagar taxa no valor de R\$ 200.

O processo seletivo é composto por três fases e inclui provas escritas de português e proficiência na língua inglesa, avaliação de currículo e de projeto de pesquisa apresentado pelo candidato e prova de arguição.

A divulgação do resultado final do processo seletivo será no dia 18 de dezembro, no site do programa.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

**Enem funciona como acesso ou atalho para universidades públicas em todo o País
Exame ganhou muita importância na última década - em alguns casos, chegou até mesmo a substituir vestibulares extremamente tradicionais**

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ganhou muita importância na última década - em alguns casos, chegou até mesmo a substituir vestibulares extremamente tradicionais. Hoje, as seis grandes universidades públicas do Estado de São Paulo adotam, de diferentes formas, as notas do exame como forma de ingresso por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), do Ministério da Educação (MEC). Por isso, é importante estar atento ao calendário de provas do Enem e também conhecer as regras específicas de ingresso para cada uma das instituições para saber como se candidatar corretamente a uma vaga.

Gratuito e aberto duas vezes ao ano, o Sisu é um programa que considera as notas do Enem para selecionar candidatos para estudarem em instituições públicas (federais e estaduais). Uma das últimas universidades a adotar a seleção também via Sisu, a Universidade de São Paulo (USP) oferece 2.830 das suas 11.260 vagas em 2020 para

quem pretende usar as notas do Enem.

Estudante do cursinho Etapa, Lucas Rodrigues de Aguiar, de 21 anos, tem um objetivo: ser aprovado no curso de Medicina da USP. "Eu decidi isso no 2.º ano do ensino médio, e a partir daí a minha rotina mudou bastante", conta o aluno, que dedica em média 10 a 12 horas por dia à rotina de estudos.

Ele já fez o Enem em anos anteriores e agora se prepara para fazer a prova novamente. "Quando a nota do Enem passou a contar para universidades públicas, o exame ganhou bastante importância para mim", conta. Além de fazer as provas da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), ele também poderá tentar entrar na USP usando as notas do exame do MEC. "O Sisu ajuda muito a conquistar uma vaga, principalmente em um curso concorrido como Medicina, mesmo que seja em outras instituições", afirma.

Adoção integral. Duas instituições públicas paulistas adotaram integralmente o Sisu como forma de seleção: a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade Federal do ABC (UFABC). Na UFSCar, o desempenho no Enem é o único fator levado em consideração como forma de ingresso desde 2011. Desse modo, os candidatos são selecionados uma vez por ano, no primeiro semestre, por meio do Sisu.

O estudante que deseja concorrer às vagas da instituição deve realizar as provas do Enem e aguardar a divulgação das notas. Em janeiro, o MEC abre as inscrições para os alunos se candidatarem a vagas nas instituições públicas por meio do Sisu. Ainda assim, é importante estar atento ao regulamento interno da UFSCar, que publica um edital para ingresso nos cursos de graduação na primeira semana de janeiro. Para 2020, a universidade vai ofertar 2.897 vagas em 65 cursos, em seus quatro câmpus.

A UFABC também segue o calendário e as regras do Sisu. Quando as inscrições são abertas, os estudantes devem escolher uma das opções de cursos interdisciplinares: o Bacharelado em Ciência e Tecnologia ou o Bacharelado em Ciências e Humanidades.

Sistemas mistos. A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por sua vez, adotaram sistemas mistos, com parte das vagas reservadas a ingresso por meio do Sisu.

Na Unesp, o desempenho do Enem pode entrar com a nota do vestibular da instituição para compor o resultado final do candidato. Por isso, quem deseja usar a nota do Enem na Unesp deve indicar que realizou o exame na ficha de inscrição do vestibular tradicional. A partir daí, a nota final é calculada com uma fórmula que combina o resultado do aluno na prova de conhecimentos gerais da instituição com o Enem.

Existem dois sistemas de ingresso na Unifesp: o misto - que exige realização do Enem e das provas próprias da instituição (para Ciências Biológicas, Engenharia Química e Medicina) - e a seleção via Sisu. Há ainda o Vestibular EAD para curso a distância.

Já a Unicamp oferece aos estudantes duas formas de seleção: via vestibular tradicional, que encerrou inscrições em setembro, ou ingresso direto usando a nota do Enem. Mas

atenção: no segundo caso, além de se candidatar via Sisu, o aluno tem também de se inscrever na página da Comissão Permanente para os Vestibulares da Unicamp (Comvest), no período de 21 de outubro a 21 de novembro.

O estudante André Machado está de olho em uma das vagas da instituição estadual em Campinas. "Vou tentar várias faculdades públicas, até fora de São Paulo, como a Unicamp", diz o aluno do Colégio CPV. Ainda muito novo, com apenas 16 anos, ele segue em dúvida sobre o curso que pretende seguir no ensino superior. "Na minha sala, muita gente mais velha do que eu ainda não sabe o que fazer. Acho que isso é normal. Nesta fase é tudo muito cobrado, mas é difícil pensar assim tão jovem no que você quer ser para o restante da vida." Por isso, ele se inscreveu para concorrer a vagas em três graduações bem diferentes. "Eu vou prestar para Ciências Sociais, Artes Cênicas e Relações Internacionais", conta o estudante.

Em todo o País. Mais de cem universidades espalhadas pelo Brasil oferecem vagas pelo Sisu. Algumas instituições possuem notas mínimas para determinados cursos. A exigência principal, porém, é que o estudante não pode zerar a nota de redação do Enem. No primeiro semestre de 2019, foram ofertadas 235.461 vagas em 6.435 cursos de 129 instituições públicas. Já no segundo semestre foram 59.028 vagas em 1.731 cursos de 76 instituições.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Programa do MEC abrirá 1,5 milhão de vagas em educação profissional

O Ministério da Educação (MEC) vai ofertar mais 1,5 milhão de vagas em educação profissional e tecnológica até 2023. O aumento das vagas faz parte do programa Novos Caminhos, lançado hoje (8). Com o programa, as atuais 1,9 milhão de vagas passarão para 3,4 milhões em todo o país, representando um aumento de 80%. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, assinou quatro portarias para dar andamento ao programa.

Segundo o ministro, o objetivo é acabar com preconceitos em relação a cursos técnicos e melhorar a qualificação dos profissionais. "Um curso técnico bom permite ao jovem ter renda superior a alguém formado em curso superior, que não tem foco na realidade".

Essas vagas deverão ser ofertadas tanto no ensino médio quanto para jovens e adultos que já estão fora da escola. A pasta pretende também articular a oferta dos cursos com a demanda do mercado de trabalho. "A educação tem que estar voltada para o mercado de trabalho, não pode dar as costas e ignorar as demandas do setor produtivo", disse o secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Ariosto Antunes Culau.

O programa prevê uma série de ações, que incluem mudanças na regulação da oferta de cursos técnicos, formação de professores e ampliação de cursos profissionais e técnicos. O novo programa se baseia em três eixos: Gestão e Resultados; Articulação e Fortalecimento, e Inovação e Empreendedorismo.

Formação de professores

A meta da pasta, além da abertura de novas vagas para estudantes é preparar 40 mil professores da rede pública até 2022 com aulas sobre atualização tecnológica, técnicas pedagógicas voltadas para a educação profissional, empreendedorismo e orientação vocacional e profissional. Serão abertas também 21 mil vagas para formação de

professores de ciências e de matemática.

Deverão ainda ser reconhecidos mais de 11 mil diplomas de pessoas que concluíram a formação técnica na rede privada de ensino superior desde 2016, mas não tinham chancela da pasta por conta da ausência de ordenamento jurídico.

Pesquisa aplicada

O MEC pretende criar um escritório, que atuará na articulação entre os setores público e privado. Esse escritório deverá estimular a pesquisa aplicada, inovação e iniciação tecnológica. Serão lançados editais para estudantes, professores e pesquisadores com investimento total de R\$ 60 milhões até 2022.

Além disso, a pasta anunciou a criação de cinco polos de inovação nos institutos federais voltados para empreendedorismo e pesquisas aplicadas.

Catálogo de cursos

A pasta vai atualizar o catálogo nacional de cursos técnicos, que orienta a oferta em todo o país. O catálogo vigente, segundo o MEC, foi atualizado em 2014, bom base no cenário do Brasil em 2013. "[Vamos fazer a] identificação dos conhecimentos e habilidades, das novas profissões, que devem ser incorporadas ao catálogo", disse o secretário Culau. Para a atualização, o setor produtivo deverá ser procurado para expor a atual demanda.

A pasta pretende também consolidar um novo marco regulatório para a oferta de cursos técnicos por instituições privadas de ensino superior.

Parceria com estados

Em parceria com os estados, a intenção é ofertar, até 2022, 2 mil vagas de mestrado profissional em redes estaduais.

Mais de 100 mil vagas voltadas para a qualificação profissional deverão ser ofertadas com recursos do Bolsa Formação, que estão, de acordo com o MEC, nas contas dos estados e do Distrito Federal. Para isso, serão repactuados R\$ 550 milhões. Os entes federados poderão buscar parcerias com o Sistema S e com a rede federal.

Cenário internacional

De acordo com dados apresentados pelo MEC, o Brasil está distante da oferta de educação profissional e técnica de outros países. Enquanto no Brasil a oferta de ensino técnico chega a 8% das matrículas de ensino médio, no Reino Unido esse percentual é de 63%; na União Europeia, 48%; e, no Chile, 31%.